

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO

**O BRICS E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA ESFERA
AGRÍCOLA: A IMPLEMENTAÇÃO DO ACTION PLAN 2012-2016**

GABRIEL DE SÁ BALBI CERVINO

RIO DE JANEIRO
2018

GABRIEL DE SÁ BALBI CERVINO

**O BRICS E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA ESFERA AGRÍCOLA: A
IMPLEMENTAÇÃO DO ACTION PLAN 2012-2016**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro
como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel no curso Direito.

Orientador: João Manoel de Lima Junior

RIO DE JANEIRO
2018

FICHA CATALOGRÁFICA

CERVINO, Gabriel.

O BRICS e a Cooperação Internacional na esfera agrícola: a implementação do Action Plan 2012-2016. Gabriel Cerviño. Rio de Janeiro, 2018.

53f.

Monografia (Graduação em Direito) – Fundação Getúlio Vargas Rio de Janeiro – FGV.

Orientador: João Manuel de Lima Júnior

Introdução. II. O Action Plan 2012-2016 for Agricultural Cooperation (“Action Plan”). III. A Implementação do Action Plan. IV. Conclusão.

GABRIEL DE SÁ BALBI CERVINO

**O BRICS E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA ESFERA AGRÍCOLA: A
IMPLEMENTAÇÃO DO ACTION PLAN 2012-2016**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro
como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel no curso Direito.

E aprovado em 19/12/2018

Pela comissão avaliadora:

.....
Daniel Pires Novais Dias – Fundação Getulio Vargas

.....
Paulo Fernando de Mello Franco – Fundação Getulio Vargas

AGRADECIMENTOS

À universidade Fundação Getulio Vargas.

Ao meu orientador João Manoel de Lima Júnior.

A coordenadora Cristina Nassif Alves.

A minha família.

RESUMO

O trabalho aqui desenvolvido busca analisar como vem funcionando, nos últimos anos, as atividades de cooperação internacional realizadas entre os cinco países membros do BRICS, e questionar se elas têm de fato ocorrido, ou se são apenas um conjunto de documentos internacionais, sem institucionalização suficiente até o momento. Serão avaliados os resultados práticos de longo prazo da implementação do Action Plan for Agricultural Cooperation 2012-2016, aprovado pelos países membros do BRICS em virtude de sua Segunda Cúpula, ocorrida em 2011. Tal acordo prevê medidas de institucionalização da cooperação internacional com o fim de elevar a produtividade agrícola e erradicar a insegurança alimentar que afeta as populações dos cinco países em desenvolvimento, prevendo como metas, por exemplo, desenvolvimentos tecnológicos que adaptem o cultivo as mudanças climáticas, e a criação de um sistema de compartilhamento de informações tecnológicas relacionadas à esfera agrícola. Este trabalho avaliará o contexto que resultou na elaboração do Action Plan 2012-2016, e também se estas iniciativas tiveram efeito, levando a um incremento da produtividade consistente entre os cinco países, que possa ser atribuído às atividades de cooperação internacional realizadas entre eles. Por fim, será avaliada a influência chinesa na institucionalização dos objetivos do acordo, de modo a testar a hipótese de que, devido a uma suposto maior poderio econômico chinês em relação ao Brasil, Índia, Rússia e África do Sul, a realização das metas previstas no Action Plan 2012-2016 depende da presença de interesses político-econômicos chineses. Logo, seria o BRICS apenas um projeto de poder chinês, e portanto impedido de exercer real cooperação internacional?

Palavras chave: Cooperação Internacional, BRICS, Produtividade Agrícola.

ABSTRACT

This project intends to analyze the current situations of the practices of international cooperation between the five member countries of BRICS, and to question if this cooperation has truly taken place, or if it is simply a series international documents, without a definitive institutionalization so far. There will be an evaluation of the long term results of the implementation of the Action Plan for Agricultural Cooperation 2012-2016, approved by the BRICS members after the realization of their Second Summit, in 2011. The deal predicts strategies for the institutionalization of international cooperation, with the objective of strengthening agricultural productivity and eradicating any food insecurity affecting the populations of the five developing countries, aiming for, as an example, technological developments that adapt crops to climate change, and the creation of systems for the sharing of agricultural information. This work will evaluate the background context for the elaboration of the Action Plan 2012-2016, and also the level of effectiveness of the initiatives written on it, that is, if they increased the agricultural productivity among the four countries consistently, and if this increase can be attributed to the activities of international cooperation implemented by them. Finally, the Chinese influence on the institutionalization of the objectives predicted in the deal will be evaluated, testing the hypothesis that, due to the bigger economic power of China when compared to Brazil, India, Russia and South Africa, the implementation of the objectives predicted in the Action Plan 2012-2016 is depends on the presence of political and economical instabilities from China. Therefore, would the BRICS be simply a Chinese power project, and thus barred from exercising true international cooperation?

Keywords: International Cooperation, BRICS, Agricultural Productivity.

LISTA DE ABREVIACÕES, ACRÔNIMOS e SIGLAS

ACWG – Agriculture Cooperation Working Group

ADR – Agricultural Development Report

AMIS - Agricultural Marketing Information System

ARP – Agricultural Research Platform

BAIES - Basic Agricultural Information Exchange System

BRICS – Brazil, Russia, India, China, South Africa

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICAR – Indian Council of Agriculture Research

ICT – Information and Communications Technology

IFAD – International Fund for Agricultural Development

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

JSGFS – Joint Statement on Global Food Security

JSP – Joint Statistics Publication

NDB – Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS

NOEM – Nova Ordem Jurídico Econômica Mundial

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PRIS – Progress Report on the Implementation of the Strategy for BRICS

R&D – Research and Development

WFP – World Food Program

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1. Produção de cereais nos países do BRICS (em milhões de toneladas)	30
Gráfico 1. Produção de Cereais nos países do BRICS (em milhões de toneladas).....	31
Gráfico 2. Crescimento médio do PIB chinês (1989 – 2018).....	44
Gráfico 3. Participação do BRICS no comércio internacional (exportação e importação)	
.....	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Número de Subnutridos na População Total dos Países BRICS (em milhões) 33

Tabela 2. Comparações Action Plan 37

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. O ACTION PLAN 2012-2016 FOR AGRICULTURAL COOPERATION (“ACTION PLAN”)	18
2.1 Características gerais do Action Plan, e o contexto que levou a sua implementação	18
2.2 Objetivos principais do “Action Plan 2012-2016”	19
2.3 Comparação entre o Action Plan 2012-2016 e o Acordo Posterior (Action Plan 2017-2020)	33
3. A IMPLEMENTAÇÃO DO ACTION PLAN	41
3.1 O peso da participação chinesa na implementação do Action Plan.....	41
4. CONCLUSÃO.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como principal objetivo analisar o contexto por meio do qual foi elaborado e assinado, pelos países membros do BRICS, o documento de nome “Action Plan for Agricultural Cooperation 2012-2016”, (Action Plan 2012-2016) e também avaliar como tem ocorrido a implementação das políticas públicas nele previstas no mundo fático, desde a assinatura do acordo. O documento, cujo tema é o desenvolvimento agrícola, merece ser objeto de estudo pois demonstra que o BRICS, nos dias de hoje, vai além de um acrônimo criado pelo economista Jim O’Neil, ao ser capaz de transformar a vontade política de seus membros em ações concretas. Além disso, as políticas agrícolas dos países do BRICS são relevantes como objeto de estudo pois, a exemplo da estrutura econômica de muitos países em desenvolvimento, exportações baseadas em recursos naturais, e não em tecnologia, ainda ocupam cerca de 50% ou mais das exportações que os países membros comercializam entre si, assumindo importância elementar para suas economias (NEUWIRTH, 2017).

O interesse dos países membros do BRICS em elevar a produtividade conjunta de suas agriculturas iniciou-se por meio de encontros periódicos. Em 16 de junho de 2009, os presidentes de Brasil, Rússia, Índia e China reuniram-se na cidade de Yekaterimburgo, Rússia, para articularem uma parceria entre si. Tal reunião, que tratou-se da Primeira Cúpula do BRICS, oficializou os compromissos econômicos e políticos entre os cinco países emergentes e foi a responsável pela criação do “Joint Statement on Global Food Security” (JSGFS), documento precursor dos diversos outros acordos de viés agrícola que vieram nos anos seguintes. Por meio do JSGFS os então quatro países membros assinalaram seu objetivo de reduzir o elevado número de seres humanos sofrendo de fome e desnutrição em seus territórios, situação causada, por mudanças climáticas que prejudicam a produtividade do cultivo, e pela crise financeira global após o *crash* da Bolsa de 2008, que a época acabou por reduzir, em diversos países, o volume de investimentos destinados ao setor agrícola¹. Na mesma carta, as nações do BRICS relataram quais medidas seriam adotadas para combater a “insegurança alimentar global”, tanto em cenários de curto prazo quanto nos de longo prazo.

As soluções para os desafios agrícolas apontadas no Joint Security Statement deverão

¹ “Mudanças climáticas globais e desastres naturais implicam diretamente na segurança alimentar, por meio de mudanças nas condições agroecológicas. Atualmente, a crise econômica e financeira global também possui um impacto negativo por meio da redução dos recursos financeiros disponíveis para o setor agrícola.” (JOINT STATEMENT ON GLOBAL FOOD SECURITY, 2009, p.1, tradução do original em inglês).

ser implementadas por meio de parcerias entre países, e não por cada um deles isoladamente. Vem a tona o conceito de cooperação internacional², através do qual pode-se compreender o funcionamento das iniciativas para a melhoria da produtividade agrícola adotadas pelos países membros do BRIC, estratégias que foram anualmente atualizadas por uma sequência de Action Plans com períodos de vigência de quatro anos, firmados nas Cúpulas Anuais do grupo. Estes encontros expandiram as políticas públicas cooperativas³ entre os quatro países membros para novas áreas, como a saúde pública, a administração tributária e a segurança nacional (STUENKEL, 2015). Por fim, vontade política dos dirigentes destes países culminou na entrada da África do Sul no grupo, por meio da “Declaração de Sanya” de 2011, transformando o acrônimo em BRICS.⁴

A “Declaração de Sanya”, assinada em uma cidade chinesa, inaugurou um plano de objetivos concretos a serem atingidos pelo BRICS nos anos seguintes. Nela, a agricultura foi mencionada direta e indiretamente. Além de ter sido firmado o compromisso de alcançar a completa erradicação da fome e da extrema pobreza, de modo a promover um desenvolvimento sustentável para o BRICS, a Declaração também busca regular o mercado financeiro internacional, com fins de reduzir a volatilidade do preço das commodities exportadas, que são a base da economia de muitos países em desenvolvimento. Por fim, o documento oficializou a entrada da África do Sul no grupo, e originou o primeiro Action Plan do BRICS, que foi suplantado posteriormente pelo Action Plan 2012-2016.

A produtividade agrícola e o comércio de produtos primários entre países membros do BRICS, com foco na aquisição da plena segurança alimentar de suas populações, foi uma das primeiras áreas de cooperação internacional a serem discutidas, e também uma das que mais avançou desde a formação do grupo. (STUENKEL, 2015) Justifica-se assim, portanto, a escolha da agricultura como a área de estudo deste trabalho, aliada ao fato de que os países membros do BRICS possuem forte relevância no cenário agrícola internacional, por concentrarem em seus territórios 30% dos pastos e 35,6% das terras cultivadas disponíveis mundialmente, e serem responsáveis por 48% de toda a produção agrícola do mundo em

² Cooperação Internacional, segundo Neuwirth, Svetlicini & Halis (2017), são os processos de trabalho em conjunto entre países e instituições, com objetivos comuns e buscando sempre a máxima eficiência nos resultados almejados. Tais parcerias não são competitivas, e podem beneficiar a todos os países membros.

³ “A cooperação do BRICS mira complementar e fortalecer as relações multilaterais e bilaterais já existentes entre os países membros.” (PROGRESS REPORT, 2017, p.18, tradução do original em inglês).

⁴ “Os chefes de Estado e de Governo de Brasil, Rússia, Índia e China dão boas vindas a entrada da África do Sul no BRICS, e se comprometem a fortalecer o diálogo e a cooperação com a África do Sul, dentro do fórum.” (SANYA DECLARATION, 2011, p.1, tradução do original em inglês).

2013, porcentagem 12% superior àquela registrada no ano 2000.⁵ Além disso, segundo informações de censos de pesquisa, 40% da população mundial reside nos cinco países, o que exige maiores investimentos governamentais e privados na produtividade, de modo a alimentar um maior número de pessoas (FAO, 2017).

Os países do BRICS possuem grandes áreas cultiváveis, e com exceção da China, conforme será visto futuramente, exportam majoritariamente recursos naturais, ao invés de produtos de maior valor agregado, relacionados a tecnologia e eletrônica. Em 2007, a exportação de recursos naturais interna ao grupo do BRICS ocupava cerca de 50%, ou mais, do total de produtos exportados por Brasil, Rússia, Índia e África do Sul (NEUWIRTH, 2017). Em 2014, produtos agrícolas como a soja já figuravam entre os mais relevantes do volume total de exportações brasileiras e indianas, e a China estava entre os principais parceiros comerciais da África do Sul, Rússia e Brasil. Por fim, os BRICS apresentam alto nível de desigualdades sociais e má distribuição de riquezas, levando a sua classificação, de acordo com o Banco Mundial, como países de renda média. Seus PIBs per capita estão situados entre \$ 1.000,00 e \$12.000,00, ocupando posição intermediária entre países os de renda baixa e os de renda elevada. Esta classificação indica sociedades que produzem riquezas econômicas, mas ainda possuem o potencial para uma produtividade muito superior, em decorrência do elevado tamanho de suas populações (WORLD BANK, 2018).

Como exemplo de país de renda média está a China, que apesar de possuir o segundo maior PIB do mundo, abaixo apenas dos Estados Unidos, possui uma renda per capita inferior a brasileira e a russa, devido a sua elevada população. O alto número de chineses, no entanto, é um dos fatores pelos quais a economia chinesa cresceu rapidamente em poucos anos, devido a abundância de mão de obra em idade produtiva⁶ (COUNTRY ECONOMY, 2018). Além disso, a renda per capita não inclui em seu cálculo as desigualdades sociais de cada país, que levam a distorções no usufruto de suas riquezas por parte população. A desigualdade social brasileira, por exemplo, provoca subnutrição e insegurança alimentar em um país com renda per capita de \$ 10,340. Na Índia, por sua vez, as taxas de pobreza que atingem boa parte de seus habitantes, de modo que o país possui quase a mesma quantidade de pessoas vivendo com menos de 2 dólares por dia que toda a África Subsaariana (BESHARATI, 2015). Tal situação pode resultar em protestos, violência e instabilidade social, de modo que garantir um

⁵ Dados de BRICS “Agricultural Development Report”, estudo estatístico que coletou dados agrícolas registrados nas primeiras décadas dos anos 2000, de preparando terreno para as reuniões do grupo com temática agrícola ocorridas em 2017.

⁶ Ver Gráfico 2.

mínimo de segurança alimentar para a população de baixa renda tem efeitos positivos para todos os habitantes do BRICS, que vão muito além da esfera agrícola. Situações de guerra, conflitos armados e extrema violência são nocivas ao crescimento econômico.

Entretanto, a importância da agricultura para as sociedades estudadas neste trabalho é insuficiente, por si só, para justificar o interesse político que foi responsável, desde 2009, pela criação do BRICS. Em seus esforços diplomáticos visando a inauguração de projetos conjuntos, os membros do BRICS atuam com fins de estimular o desenvolvimento econômico e social uns dos outros, não buscando fins de exclusivamente obterem lucros. A atuação conjunta dos países dos BRICS pode ser considerada um exemplo da manifestação da “Nova Ordem Jurídico Econômica Internacional”, que, segundo Sousa (1980, p. 211) começou a ser implantada após as atividades da Organização das Nações Unidas no mundo pós guerra, por meio da elaboração da Carta das Nações Unidas e, décadas mais tarde, a Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados. Como ocorre a exemplo do BRICS, as relações internacionais contemporâneas são negociadas entre Estados plenamente soberanos e independentes política e economicamente, superando-se o conceito da simples ajuda internacional, que gera relações de dependência econômica e possui fins de lucro para as empresas privadas fornecedoras destas mesmas ajudas (SOUSA, 1980). De acordo com a Carta, aprovada pela ONU em 1974, as relações econômicas e políticas entre os Estados soberanos deverão respeitar os seguintes princípios:

- a) Soberania, integridade territorial e independência política dos Estados;
- b) igualdade soberana de todos os Estados; c) Não-agressão; d) Não-intervenção; e) Benefício mútuo e equitativo; f) Coexistência pacífica; g) Igualdade de direitos e livre determinação dos povos; h) Solução pacífica das controvérsias; i) Reparação das injustiças existentes pelo império da força que privem a uma nação dos meios naturais necessários para seu desenvolvimento normal; j) Cumprimento de boa-fé das obrigações internacionais; k) Respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais; l) Abstenção de todo intento de buscar hegemonia e esferas de influência; m) Fomento da justiça internacional; n) Cooperação internacional para o desenvolvimento (BATISTA, 2005, p. 137-138).

Em conclusão, os documentos assinados pelo BRICS ao longo de suas reuniões e encontros anuais, que incluem o próprio “Action Plan 2012-2016”, não possuem poder coercitivo, e se diferenciam dos tratados internacionais pois suas disposições já fazem parte dos princípios constitucionais dos países que o utilizam, não sendo acrescentadas regras e princípios novos que vinculam a atividade cooperativa (SOUSA, 1980). Entretanto, ainda assim são dotadas de validade, o que motiva os representantes dos países membros do grupo a se comprometerem a implementá-las.

Para compreender este novo conceito de validade normativa, é preciso conhecer a conceito de *direito administrativo global*, ou seja, uma nova concepção do Direito Internacional, influenciada pelas inovações tecnológicas do século XXI, na qual a autoridade e soberania estatais são suficientes para acolher todas as possibilidades de relações econômicas e sociais entre os Estados (NETO, 2014, p. 71). Neste sistema, a norma não precisa mais vincular-se ao Estado, permitindo o surgimento de novos centros de poder, para atuarem em determinadas áreas as quais os governos não possam ou não desejem interferir. Logo, uma norma emitida pelo BRICS, como por exemplo os Action Plans periodicamente firmados, não possui efeito vinculante para ser implementada, ou a capacidade de impor sanções sobre os Estados membros.

Atualmente, o BRICS é uma união formada por cinco países em desenvolvimento distintos que começou por meio da vontade política dos governantes de suas nações, mas agora envolve profissionais de diversas áreas da sociedade, como ciência, educação e tecnologia, não necessariamente vinculados a seus respectivos governos. Estes agentes públicos e privados, engajados na implementação dos acordos do BRICS, não possuem autoridade sobre os Estados nacionais, mas ainda assim produzem normas consideradas válidas pelos ministros, cientistas e empresários que vão aos encontros e fóruns de discussão vinculados ao BRICS. Em suma, a ausência de efeito vinculante não remove a validade das Declarações, acordos e outros documentos do BRICS, cujos objetivos de desenvolvimento econômico e social das sociedades envolvidas, com foco na melhora do padrão de vida da população em situação de pobreza, são revistos anualmente por profissionais, de modo a aperfeiçoar as estratégias utilizadas para chegar lá.⁷

Apesar desta nova concepção normativa ser capaz de gerar maior lentidão na implementação das tarefas previstas como necessárias para erradicar a fome, por outro lado não resta, aparentemente, nenhuma relação hierárquica de subordinação entre os membros do BRICS, de modo que cada um é capaz de proceder com as reformas desejadas a seu próprio ritmo, de acordo com as circunstâncias econômicas, políticas e sociais de cada ano. Todos estes conceitos se refletem já nos primeiros documentos emitidos pelo BRICS, como a “Joint Statement of the BRIC’s Country Leaders⁸”, emitido na ocasião do primeiro encontro oficial

⁷ Ver Joint Statistics Publication 2017.

⁸ Declaração Conjunta dos Líderes Nacionais do BRIC: Comunicado emitido em 2009 pelos governantes de Brasil, Rússia, China e Índia, em decorrência de seu encontro em Yekaterimburgo. O documento, publicado no contexto internacional da crise financeira de 2008, indica os compromissos internacionais que regulariam as atividades do grupo nos anos seguintes, ainda em termos abstratos.

entre os governantes dos quatro países, em Yekaterimburgo. Nele, esclareceu-se que a cooperação internacional do BRICS não tem como função apenas satisfazer os interesses de mercado dos países em desenvolvimento, mas também construir um mundo mais harmonioso e próspero, refletindo o modelo de relações internacionais onde em tese não há competição, hierarquia ou coerção.

A suposta não subordinação entre os países membros, entretanto, poderia ser quebrada caso se constate que os interesses econômicos chineses são capazes de influenciar os demais países do BRICS para implementar certas iniciativas que beneficiam a China, constituindo um “soft power” capaz de alterar os comportamentos alheios (THAROOR, 2016). Define-se “soft power” como a capacidade de um país de influenciar os demais a agirem conforme seus interesses político econômicos, não por meio da coerção direta provocada pelo militarismo, e sim por suas características econômicas e culturais de destaque, como a presença de vantagens comparativas na produção de produtos escassos, ou de cidades de elevada importância cultural-religiosa para diversas populações, como é o caso de Jerusalém, Israel. Portanto, caso seja constatada uma influência desproporcional da China sobre a atuação dos demais BRICS, gerando um poder de barganha favorável a China que a faça prevalecer seus interesses em negociações, prejudica-se a cooperação internacional entre estes países, pois esta presume uma situação de plena igualdade negocial, sem que as trocas de recursos decorrentes da cooperação venham a prejudicar os interesses do país economicamente menos favorecido (SOUSA, 1980).

O presente trabalho está estruturado em duas partes distintas: A primeira, “Características Principais do Action Plan”, abordará o contexto que levou a assinatura deste acordo, ou seja, como as reuniões anteriores do BRICS, e os acordos anteriores ao Action Plan por elas emitidos, geraram a vontade política para implementar os compromissos do Action Plan. No capítulo seguinte, “Objetivos Principais do Action Plan”, serão pesquisadas, principalmente por meio de informações oficiais disponibilizadas pelos cinco países, quantas das iniciativas previstas no documento se materializaram em políticas públicas governamentais, ao longo do período de cerca de sete anos entre a aprovação do Action Plan, ocorrida em 30 de outubro de 2011, e outubro de 2018. Por fim, o Action Plan 2012-2016 será comparado com o “Action Plan 2017-2020”, documento sucessor firmado pelo BRICS em outubro de 2016, e que atualmente norteia as iniciativas agrícolas dos países do bloco.

A pesquisa realizada na elaboração deste trabalho permite concluir, provisoriamente, que a China é o membro do BRICS mais poderoso economicamente. Desde os anos 1990, a China apresentou um crescimento econômico médio anual de seu PIB superior ao registrado nos demais países membros, a taxas que em muitos anos ultrapassaram os 10% ao ano.⁹ Este crescimento resultou no maior Produto Interno Bruto anual entre os cinco membros do BRICS, totalizando um valor superior a 11 trilhões de dólares, (US\$) mais de cinco vezes maior que o do PIB indiano, segundo colocado dentro do grupo (RAMOS, 2017). Além disso, as exportações chinesas incluem uma maior quantidade de produtos que envolvem tecnologia, como telefones e componentes eletrônicos de computadores e automóveis. Já nas exportações vindas da Rússia, Brasil e África do Sul, recursos naturais, como minerais e produtos agrícolas, ainda predominam.

A partir do ano 2000, as exportações chinesas para outros membros do BRICS que envolvem recursos naturais não tecnológicos apresentaram redução, enquanto aumentaram as exportações de produtos de média e alta tecnologia, criando vantagens comparativas para a China (NEUWIRTH, 2017). Estes dados são o suporte para a hipótese de que a China é o membro do BRICS cuja vontade política direta, motivada por interesses econômicos, é essencial para a implementação das atividades de cooperação internacional planejadas pelo BRICS. Portanto, os acordos assinados pelos países do BRICS, inclusive o Action Plan, não são capazes de serem implementados caso não haja interesse político chinês em contribuir para as atividades de cooperação internacional. Para a realização das atividades de pesquisa e coleta dos dados para a elaboração deste trabalho, foram realizadas pesquisas bibliográficas. Destaca-se que parte das pesquisas foram realizadas na Universidade do Texas, localizada na cidade de Austin, Texas, Estados Unidos da América.

⁹ Ver Gráfico 2.

2. O ACTION PLAN 2012-2016 FOR AGRICULTURAL COOPERATION (“ACTION PLAN”)

O primeiro objeto de estudo deste trabalho de Direito e Relações Internacionais é o documento conhecido como “Action Plan Plan for Agricultural Cooperation 2012-2016”, que, durante o período de quatro anos em que foi vigente, definiu quais as metas a serem alcançadas pelo BRICS para aumentar a produtividade anual das colheitas e erradicar a insegurança alimentar de suas populações, objetivos por eles definidos nos primeiros acordos do grupo. Como guia de metas concretas e com estratégias a serem conjuntamente implantadas, firmou-se o Action Plan 2012-2016 em 2011, sob a assinatura das cinco potências do BRICS.

2.1 Características gerais do Action Plan 2012-2016 for Agricultural Cooperation, e descrição do contexto da conjuntura internacional a época de sua implementação

O processo que levou a criação do “Action Plan for Agricultural Cooperation 2012-2016” é uma trajetória formada por diversos encontros periódicos entre os Ministros da Agricultura dos países membros do BRICS, que discutem entre si estratégias para combater a insegurança alimentar, problema compartilhado por países em desenvolvimento que, de acordo com o discurso político firmado desde as primeiras reuniões do grupo, assume papel relevante na redução de conflitos armados internos em países onde parcelas significativas da população habitam zonas rurais. Estes encontros, entretanto, não possuem um regulamento coercitivo que obrigue a mobilização dos governos para resolver o problema da fome com celeridade, prevendo sanções bélicas ou econômicas para o Estado-membro que não comprometer-se a auxiliar os objetivos do BRICS.

O “Action Plan 2012-2016” foi aprovado após a realização dos dois primeiros encontros entre os Ministros da Agricultura do BRICS¹⁰, que ocorreram nos anos de 2010 e 2011, respectivamente. No Primeiro Encontro dos Ministros da Agricultura, sediado em Moscou, Rússia, no dia 26 de março de 2010, Brasil, Rússia, Índia e China reuniram-se para discutir, de maneira específica, a questão agrícola, emitindo a “Declaration of BRIC Ministers of Agriculture and Agrarian Development” (“Declaração”) que foi a base para a produção, poucos anos mais tarde, do “Action Plan 2012-2016”. Nela, encontravam-se em fase

¹⁰ Second Meeting of BRICS Ministers of Agriculture and Agrarian Development.

embrionária, os principais objetivos que seriam retomados, com mais detalhes, nos encontros anuais que viriam a ocorrer nos anos seguintes. Estes eram, respectivamente, a criação de um sistema de informação agrícola por parte do BRICS, a facilitação estratégica do acesso ao alimento por populações pobres e vulneráveis, a necessidade da adaptação das culturas agrícolas ao impacto negativo das mudanças climáticas, de modo a torná-las mais resistentes às condições ambientais, e a facilitação de mecanismos de intercâmbio o de tecnologias entre os BRICS, que facilitariam as atividades de pesquisa relacionadas à agricultura.

O Primeiro Encontro designou a criação do BRICS Agricultural Cooperation Working Group¹¹, formado por especialistas na área de agricultura, para implementar as estratégias específicas que solucionariam os problemas detectados nas reuniões anteriores. Este grupo, que reuniu-se pela primeira vez em 2011 para discutir um plano de metas para o BRICS, formulou o “Action Plan for Agricultural Cooperation 2012-2016”, que viria a ser aprovado no Second Meeting of BRICS Ministers of Agriculture and Agrarian Development, sediado em Chengdu, China, no dia 30 de outubro de 2011. Neste encontro, os ministros reunidos emitiram uma nova Declaração, com objetivos mais específicos que a anterior, cujo tema principal foi o combate à insegurança alimentar no mundo subdesenvolvido, com foco especial na necessidade de aumentar a produção agrícola dos pequenos produtores rurais em países do Leste da África, a região do mundo mais afetada pela fome e pela seca. Vem desta Declaração a definição do Action Plan aprovado: ele é um conjunto de estratégias para nortear e facilitar a cooperação internacional entre os países do BRICS, dividido em cinco áreas prioritárias onde esta cooperação deveria desenvolver.

Para que não houvesse confusão acerca da atividade a ser desempenhada por cada país, a cada uma destas áreas, a serem estudadas mais adiante, cabe a liderança de um dos cinco países membros, que deverá coordenar as iniciativas previstas no Action Plan que envolverem sua competência.

2.2 Objetivos principais do “Action Plan 2012-2016”

O texto do “Action Plan 2012-2016” se inicia narrando as quatro ações de cooperação internacional que foram adotadas mediante o consenso comum entre os BRICS, após as

¹¹ “Para a implementação das medidas acordadas coletivamente decidimos implementar um grupo de trabalho de Experts, que vai se reunir periodicamente, por meio de videoconferência. O grupo de trabalho de Experts vai preparar propostas específicas e comunicar os Ministros da Agricultura e Desenvolvimento Agrícola para a implementação dos problemas enunciados nesta declaração.” (DECLARATION OF THE FIRST MEETING OF BRICS MINISTERS OF AGRICULTURE AND AGRARIAN DEVELOPMENT, 2011, tradução do original em inglês)

reuniões, iniciadas em 2010, dos Ministros da Agricultura e Planejamento Agrário. De acordo com a introdução do documento, a cooperação internacional ocorrerá por meio de cinco estratégias de longo prazo, que são: I – A criação de um sistema de informações de base agrícola, de responsabilidade da China; II – O desenvolvimento de uma estratégia geral, aplicável a todos os cinco países, para permitir o acesso a comida para a população mais vulnerável, coordenado pelo Brasil; III – A redução do impacto negativo das mudanças climáticas na insegurança alimentar e adaptação da agricultura a estas mudanças, sob liderança da África do Sul; IV – O fortalecimento de modelos de cooperação internacional que envolvam a transferência de tecnologias, gerando inovação, sob liderança da Índia; e V – A execução de atividades, como fóruns e eventos, para promover o comércio e investimentos entre países do BRICS, a ser coordenado pela Rússia. A cada uma destas ações é atribuída a liderança de um dos países membros do BRICS, que arcará com a realização de futuros seminários e encontros que estejam previstos no Action Plan, desde que relacionados a sua área de trabalho. As estratégias cabíveis a cada país referem-se, especificamente, aos seguintes objetos:

- I. Nos encontros de especialistas na agricultura do BRICS, a China propôs, e hoje coordena, é a criação de um sistema básico de compartilhamento, via meios virtuais como o e-mail e a videoconferência, de informações agrícolas, entre os países membros do BRICS. Define-se “informação agrícola” como o conjunto de dados, coletados periodicamente, relacionados aos preços de mercado, novas legislações e políticas públicas sobre o tema, e novas estratégias para o desenvolvimento agrícola, como seguros e outras formas de financiamento rural. De acordo com o Action Plan, estes dados serão coletados, compilados e processados por escritórios físicos em cada um dos países membros, que irá traduzir as informações para a língua inglesa e disseminá-las aos ministérios da agricultura dos demais países, a cada reunião do BRICS Agricultural Cooperation Working Group. (ACWG) A este sistema de informações deu-se o nome de Basic Agricultural Information Exchange System, ou BAIES. O Action Plan também menciona a criação de outros fóruns de informação semelhantes ao BAIES, que no seriam focados em aspectos específicos da pesquisa agrícola, como por exemplo a análise dos riscos agrícolas que cada

país membro possui, relacionados a características meteorológicas, conflitos étnicos que venham a surgir entre seus habitantes, etc.¹²

A proposta chinesa pela criação do BAIES China selecionou determinados alimentos para terem seus dados coletados e compartilhados com base naqueles já produzidos ou consumidos em larga escala pelos chineses, e portanto relevantes para sua economia. Entre eles, destacam-se o arroz e o trigo, responsáveis, respectivamente, por 18% e 14,5% de todo o plantio chinês, segundo as estatísticas publicadas pelos grupos de pesquisa do BRICS no ano de 2017 (RAMOS, 2017). A aprovação do BAIES pelos especialistas membros do BRICS Agricultural Cooperation Working Group se deu durante o segundo encontro do grupo, sediado em Nova Délhi em 2012. Nele, houveram críticas ao sistema por parte dos representantes da Índia, que questionaram a necessidade e utilidade do BAIES, devido a prévia existência de um programa de compartilhamento de informações agrícolas pertencente a todos os membros do G20, denominado Agricultural Marketing Information System (AMIS). Em resposta, a China alegou que o BAIES possui maior versatilidade dos cultivos a terem suas informações catalogadas, visto que apenas quatro variedades de alimentos e de plantas são cobertas pelo AMIS. A aprovação desta proposta, apesar das críticas recebidas, pode significar a extensão da influência do poder econômico chinês sobre os demais membros do BRICS, que poderiam ter vetado a iniciativa por considerá-la desnecessária. De fato, a criação do BAIES registrou significativos avanços ao longo do período analisado por este trabalho, como será visto mais adiante.

- II. O Brasil assumiu o compromisso de criar seminários que abordem temas relacionados a criação de estratégias para garantir a alimentação da população mais vulnerável à insegurança alimentar. Para tanto, esta estratégia política passa pelo fortalecimento da cooperação em áreas relacionadas a criação de animais, que servem como fonte de alimentação, e pela realização de seminários sobre o assunto, cuja organização fica a cargo do Brasil, podendo ser transmitido, de acordo com as discussões do grupo, por meio de vídeo conferências. A vulnerabilidade à fome, tratada no texto do Action Plan é causada, segundo estudos da Food and Agriculture Organization of the United

¹² “Um mecanismo para a troca de informações relacionadas a produção agrícola, consumo e crescimento populacional deve ser estabelecido, será conduzida discussão em problemas comuns ao desenvolvimento agrícola dos países do BRICS.” (ACTION PLAN FOR AGRICULTURAL COOPERATION 2012-2016. 2011. tradução do original em inglês)

Nations (FAO) agência da ONU criada para unir esforços internacionais no combate a fome, pela proximidade de populações de baixo poder aquisitivo a zonas de forte conflito armado, que dificulta e até mesmo impede a redução das taxas de insegurança alimentar nestas regiões. (FAO, 2017)

Os seminários de responsabilidade brasileira, portanto, tem o dever de discutir como facilitar e aumentar a segurança do acesso a comida, garantindo que o pequeno produtor rural não terá acesso ao produto de seu plantio negado por aqueles que possuem o poderio bélico ou financeiro. Por fim, a responsabilidade brasileira também aponta para a criação de um grupo do BRICS dentro da FAO, para trabalhar em conjunto com este braço da Organização das Nações Unidas, e obter acesso a estrutura institucional da mesma, o que facilitaria a realização das pesquisas. A liderança sul-americana para ações de combate a insegurança alimentar pode ser compatível com o interesse chinês, considerando que a elevada demanda chinesa por produtos agrícolas, de modo a erradicar seu ainda elevado número de subnutridos, é por vezes suprida pela agricultura brasileira, o maior exportador de produtos agrícolas do BRICS, responsável por 5,2% da exportação agrícola mundial ocorrida no ano de 2012 (PABIS, 2015).

- III. A África do Sul assumiu o compromisso de reduzir o impacto negativo das mudanças climáticas na segurança alimentar, por meio da adaptação dos produtos agrícolas a climas hostis. No encontro de especialistas do BRICS, se propôs a criar um workshop que discutiria temas relacionados às particularidades da emissão de gases poluentes, a criação de animais, e as possibilidades de criação de um cultivo vegetal para plantas artificialmente resistentes a condições climáticas adversas. Os encontros, que seriam realizados em 2012 e 2013, envolveriam atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (R&D) relacionadas ao desenvolvimento da biotecnologia, e de mecanismos capazes de prever e combater as mudanças climáticas. A estratégia do Item III também está relacionada a coleta de informações agrícolas, especificamente relacionadas fontes alternativas de comida e energia, para aumentar a produtividade agrícola nas regiões do BRICS já propensas, em decorrência do aquecimento global, a desertificação. Por fim, diversos seminários sobre ecologia foram programados para o ano de 2012, incluindo a Rio + 20, que foi sediada no Rio de Janeiro entre os dias 20 e 22 de junho de 2012, reunindo

representantes de todo o mundo na busca pelo desenvolvimento ambiental sustentável.

- IV. A Índia assumiu o compromisso de buscar fortalecer a cooperação agrícola por meio da realização de dois fóruns entre os BRICS, a serem realizados anualmente: um deles buscando como compartilhar recursos tecnológicos entre os países, e o outro buscando novas maneiras de desenvolver a cooperação na agricultura, pesca e aquicultura. A localização destes fóruns deve ser alternada entre cada país do BRICS, de modo que todos os membros participem, em maior ou menor grau, desta estratégia. O plano também urge aumentar a cooperação e a pesquisa em áreas de energia renovável, com destaque especial para o uso de biomassa, e em tecnologias de pesca que a tornem mais eficientes. OS BRICS também devem investir em formas de cooperação agrícola que envolvam tecnologia de ponta, como por exemplo o aumento do diálogo e da cooperação para o uso sustentável de fertilizantes, a transferência de material genético para fins de pesquisa sobre alimentos híbridos, e a adoção pelos países do BRICS dos conhecimentos já existentes de biotecnologia, que assumem um papel cada vez mais relevante no cenário alimentar internacional. Em 2014, 29 países cultivaram plantas geneticamente modificadas, e a China, atualmente, é o país que mais investe dinheiro público em pesquisa relacionada a plantas, que devem, pela Lei, serem produzidas apenas por empresas chinesas. (AÇIKGOZ, 2016) Assim, há a possibilidade de que haja especial interesse chinês no avanço desta iniciativa, de modo a aumentar sua produtividade e ultrapassar a liderança brasileira na produção de alimentos transgênicos. Atualmente, o Brasil possui o maior número de hectares reservados para alimentos transgênicos entre os cinco países do BRICS, estando atrás, mundialmente, apenas dos Estados Unidos (AÇIKGOZ, 2016).
- V. A Rússia assumiu o compromisso de promover a aproximação comercial entre as iniciativas de cooperação agrícola já iniciadas pelo BRICS, e entidades privadas interessadas em estabelecerem parcerias com elas. O Action Plan vincula este objetivo com a realização de exposições e fóruns que incluam as temáticas do BRICS, de modo a convencer as empresas de seus respectivos países a participar das atividades comerciais promovidas pelo BRICS, como por

exemplo, as transferências de tecnologia agrícola para os representantes da indústria alimentícia do país, programadas para ocorrerem entre eles. O financiamento dos projetos agrícolas, de acordo com as regras da cooperação internacional entre países em desenvolvimento, não depende exclusivamente de recursos financeiros vindos do governo ou com propósito específico de desenvolvimento social, mas também de recursos privados, abertura de linhas de crédito, etc. (BESHARATI, 2015). Assim, a obtenção de parcerias com o mercado privado é uma estratégia viável para melhorar a produtividade agrícola, além de atrair parceiros para os projetos individuais de cada país membro, como por exemplo, os projetos chineses de infraestrutura de transportes, como a Belt and Road Initiative, projeto de infraestrutura chinês que será analisado mais adiante. Para alcançar este objetivo, a Rússia sediou em outubro de 2015 a 17ª edição de sua exibição agrícola “Golden Autumn”, maior evento agrícola para as lideranças do setor de comida do país. Nesta edição, foi organizada uma exibição separada para compartilhar informações sobre projetos do BRICS, o que pode ter facilitado na obtenção de recursos para as outras estratégias agrícolas do BRICS, como a inauguração do centro de pesquisas do BAIES ocorrida no ano seguinte.

Entre a aprovação do Action Plan 2012-2016 e a elaboração deste trabalho, transcorreu-se um período de cerca de sete anos. Em 22 de junho de 2018, o 8º Encontro dos Ministros da Agricultura do BRICS¹³, sediado na África do Sul, emitiu sua própria Declaração, que noticiou que, durante o período transcorrido desde o Action Plan 2012-2016, passando pela aprovação do Action Plan 2017-2020, houve significativo avanço nos acordos bilaterais entre membros do BRICS, além da realização diversas palestras e seminários que trouxeram novas discussões sobre a agricultura. A produtividade agrícola dos cinco países, objetivo principal dos acordos firmados desde 2009, também registrou alguns resultados positivos, que serão tratados abaixo. Antes, porém, faz-se necessário estudar qual o nível de avanço ocorrido no processo de institucionalização dos compromissos prometidos pelo acordo, por meio da realização de fato dos eventos e encontros previstos no Action Plan, e da criação de organizações, com sede e endereços específicos, destinados a coordenação das

¹³ O tema do 8th Meeting of BRICS Ministers of Agriculture and Agrarian Development foi “Promovendo Estratégias Inteligentes para o Clima e Ações para Fortalecer a Resiliência da Agricultura e dos Sistemas de Produção de Comida.” (em tradução livre).

políticas públicas a serem implementadas.

Em 2017, durante a realização da Nona Cúpula do BRICS, sediada na China, foi elaborado e divulgado o documento “Progress Report on the Implementation of The Strategy for BRICS Economic Partnership” (Progress Report), que relatou quais progressos foram alcançados em cerca de nove áreas prioritárias selecionadas pelo BRICS na ocasião de suas primeiras reuniões, que elaboraram as estratégias de cooperação econômica. Para a cooperação de matéria agrícola, foram registrados progressos significativos, entre a aprovação do documento ocorrida em 30 de outubro de 2011, e a elaboração do Progress Report em 2017, nas seguintes estratégias:

A cooperação do BRICS em segurança alimentar, nutrição e desenvolvimento agrícola registraram relevante progresso em cinco áreas prioritárias desenvolvimento de uma estratégia geral para garantir o acesso a comida pela população mais vulnerável; promoção de comércio e investimentos; Sistema Básico de Troca de Informações Agrícolas; cooperação e inovação de tecnologia agrícola; redução do impacto negativo das mudanças climáticas na segurança alimentar e adaptação da agricultura às mudanças climáticas. (PROGRESS REPORT, 2017, p. 18, tradução livre).

O documento oficial elaborado pelo BRICS indicou significativo progresso na institucionalização de algumas das estruturas que sustentavam a cooperação internacional agrícola, um resultado superior a aquele registrado em outras áreas de cooperação (PROGRESS REPORT, 2017). Diversas das disposições do Action Plan, entretanto, ainda estão para serem implementadas, pois embora haja vontade política, evidenciada pelas constantes reuniões sobre os temas agrícolas nele previstos, esta vontade parece ainda não ter sido convertida, o que pode ser devido a uma suposta chance de realização mais elevada para propostas maior chance de implementação para propostas que estejam relacionadas aos interesses econômicos chineses, devido às características econômico-sociais do país que lhe concedem maior influência dentro do BRICS (STUENKEL, 2015).

A criação do BAIES, atribuída a China, foi institucionalizada quatro anos após a aprovação do Action Plan, na ocasião da Oitava Cúpula do BRICS, sediada em Goa, Índia, nos dias 15 e 16 de outubro de 2016. Neste encontro, foi assinado um Memorando de Entendimento que oficializou a criação de um centro de coordenação de uma plataforma para pesquisas relacionadas a dados agrícolas, iniciou suas atividades na cidade de Nova Délhi, Índia, em abril de 2017. Este centro de pesquisas, oficialmente denominado BRICS Agricultural Research Platform (ARP), integra a estrutura do Indian Council of Agricultural

Research, órgão derivado do Ministério da Agricultura Indiano que auxilia a administração das políticas públicas de base agrícola deste país, por meio da pesquisa técnico científica. Assim sendo, a ARP é mais uma de suas unidades, cujo foco é pesquisar sobre as relações entre o BRICS e não apenas sobre como ocorre o funcionamento da agricultura indiana. Segundo o Secretário do centro de pesquisa Sri C. Roul, (ICAR, 2016) a intenção do novo centro é facilitar a interação multilateral para o compartilhamento de conhecimento tecnológico por parte do BRICS, o que ajudará a combater os mesmos desafios já previstos no Action Plan 2012-2016, como o crescimento população e as mudanças climáticas. O centro também deverá servir de fórum para discussões acadêmicas, relacionadas às políticas agrícolas do BRICS.

De acordo com o PRIS, os cinco membros do BRICS concordaram, em 2015, de implementar o BAIES em seus territórios, iniciativa que foi pouco depois seguida da criação da nova plataforma de pesquisa que se coaduna com o objetivo de facilitar o compartilhamento de informação agrícola entre o BRICS, ainda que tenha sido implementada apenas por um de seus membros, até o momento. O órgão de Nova Délhi funciona como um “posto de informações”, que dissemina os dados relevantes para os demais quatro países. Entretanto, carecem ainda dados acerca de como vem funcionando as atividades do centro de coordenação, embora a Declaração emitida no 8º Encontro dos Ministros da Agricultura, sediado em Skukuza, África do Sul, em 22 de junho de 2018, diga que ainda são necessários maiores avanços para a implementação dos objetivos relacionados a ARP, o que pode indicar, talvez, que pouco foi feito desde a inauguração do centro de pesquisas indiano. Ao mesmo tempo, a Declaração do 10ª Cúpula do BRICS, ocorrida recentemente na África do Sul, enuncia que os cinco países devem dar continuidade ao processo de institucionalização das plataformas de pesquisa agrícola do BRICS, afirmando que ainda serão necessárias novas atividades de cooperação entre os países para que ocorra a completa implementação do BAIES.¹⁴

A iniciativa do item II, coordenada pelo Brasil, também apresentou avanços ao longo do período analisado. O PRIS sinaliza que o Brasil de fato cumpriu com seus compromissos do Action Plan, ao realizar os seminários que, de acordo com o Action Plan, eram de sua responsabilidade. No dia 13 de março de 2015, foi sediado em Brasília o 4º Encontro dos

¹⁴ Declaração da 10ª Cúpula do BRICS em Johannesburgo: “Nós reafirmamos e apoiamos o estabelecimento da Plataforma de Pesquisa Agrícola do BRICS, iniciada pela Índia em 2016. Nos comprometemos a avançar na colaboração intra-BRICS, incluída no escopo de nossa Plataforma de Pesquisa Agrícola (ARP) e do BAIES.” (DECLARATION OF 10TH BRICS SUMMIT, 2018, p.4, tradução do original em inglês).

Ministros da Agricultura e Desenvolvimento Agrícola do BRICS, cuja Declaração agradeceu ao Brasil pela realização de um seminário de iniciativa brasileira, focado na segurança alimentar e nutrição, como forma de fortalecer a agricultura familiar. Estes seminários apresentaram dados acerca de quais estratégias cooperativas do BRICS haviam dado resultados até aquele momento, para que fossem posteriormente adaptadas em uma única estratégia geral a garantir o acesso a alimentação em todos os cinco países membros.

A tarefa de estimular o investimento em negócios e a cooperação comercial internacional, atribuída a Rússia pelo Action Plan, também registrou avanços. Incumbida de conscientizar outros países do crescimento do BRICS como força de comércio mundial, através de palestras e fóruns, a Rússia cumpriu com seus compromissos no ano de 2015, sediando em outubro de 2015 a 17ª edição de sua exibição agrícola “Golden Autumn”, maior evento agrícola para as lideranças do setor alimentar do país, no qual são exibidas ao público as variedades de alimentos produzidas a cada ano. Nesta edição, foi organizada uma exibição separada para compartilhar informações sobre projetos do BRICS, o que pode ter facilitado na obtenção de recursos para as estratégias agrícolas já implementadas, como a inauguração do centro de pesquisas do BAIES ocorrida no ano seguinte.

No mesmo evento, a Rússia também sediou um Fórum de discussões sobre o tema dos investimentos comerciais capazes de levar a um desenvolvimento sustentável e eficiente na agricultura do BRICS. Compareceram ao fórum os governadores das regiões russas e os líderes de suas grandes empresas, além dos ministros da agricultura de diversos países do mundo. A interação entre estes líderes e as lideranças do BRICS está na troca de informações, apresentadas pelos russos, acerca de quais regiões do país são as mais adequadas para o investimento estrangeiro em projetos agrícolas, fortalecendo as relações voluntárias de associação entre países para fins comuns. Portanto, a implementação russa do Action Plan 2012-2016 pode ser considerada bem sucedida, pois de todos os países membros do BRICS, a Rússia, é o único que, no período analisado, cumpriu com todas as tarefas as quais se comprometeu, por meio do documento.

Apesar de todos estes avanços, ainda se é possível classificar como sendo baixo o grau de institucionalização das propostas previstas no documento. Muitas das propostas nele mencionadas, como por exemplo a realização dos seminários e conferências de liderança indiana, não deixaram o plano das ideias, e nem sequer foram mencionadas em documentos posteriores. Assim, deixaram-se de ser discutidos diversos assuntos relevantes e modernos para a agricultura internacional, como tecnologia agrícola, energias renováveis, o uso de

fertilizantes, técnicas de piscicultura, etc. Além disso, enquanto o BAIES, coordenado pela China, registrou fortes avanços entre 2012 e 2018, o mecanismo de troca de informações também previsto no Action Plan, relacionado aos riscos e desafios agrícolas, como catástrofes ambientais e conflitos armados, não se concretizou. As iniciativas previstas nas seções III e IV, que previam discussões que envolvessem o emprego de tecnologia avançada na agricultura tiveram, como regra geral, implementações mais precárias, o que pode remontar as análises estruturais das economias da estrutura dos cinco países, que com exceção da China, ainda dependem largamente das nações de Primeiro Mundo para a obtenção de tecnologias, que fica evidente na predominância de exportações de produtos não industrializados pela maior parte dos membros do grupo (NEUWIRTH, 2017). A ausência de implementação destas iniciativas dificulta a inovação tecnológica na Índia, Brasil, Rússia e África do Sul, e assim contribuem para a manutenção das disparidades econômicas entre estes e a China. Em conclusão, é possível que seja parte do interesse econômico chinês que as iniciativas voltadas para a produção de tecnologias entre o BRICS não se concretizem, de modo a manter suas vantagens comparativas na área tecnológica.

Após a análise da institucionalização do Action Plan 2012-2016, com seus avanços em algumas áreas e estagnações em outras, cabe perguntar se as estratégias para fortalecer a cooperação agrícola firmada no Action Plan, implementadas nos anos seguintes, foram suficientes para aumentar a produtividade agrícola do BRICS e assim combater a insegurança alimentar. Isto pode ser medido por meio das alterações taxas de fome dos cinco países membros, registradas nos relatórios anuais da FAO. Além disso, os centros nacionais de estatísticas do BRICS disseminam desde 2013 os avanços encontrados nos dados do BRICS, relacionados ao volume de produtos, inclusive agrícolas, produzidos anualmente em cada país membro. Estes dados estatísticos são harmonizados por meio de um periódico de nome “BRICS Joint Statistics Publication”, que inclui a comparação entre países de diversos dados de base agrícola, como as variações anuais na produção de cereais. A publicação mais recente, datada do ano de 2017, inclui dados atualizados até o ano de 2016. Os dados até este ponto computados registraram avanços no volume de gêneros agrícolas produzidos por cada país, mas eles foram moderados, e distribuídos desigualmente entre os países membros do BRICS. Por exemplo, as estatísticas demonstram a evolução populacional de cada país membro do BRICS, no período transcorrido entre os anos 2000 e 2016: a população brasileira aumentou de 173 para 206 milhões de habitantes, enquanto a população russa permaneceu estagnada

durante todos estes anos, estabilizando-se a 146 milhões de habitantes.¹⁵

Analisando-se o período de vigência do Action Plan 2012-2016, por meio dos resultados de diversos institutos de pesquisa de cada país membro do BRICS, como o IBGE, nota-se que o Brasil conseguiu ampliar significativamente, em hectares, suas terras cultivadas, passando de 50 milhões de hectares no ano 2000 para 78 milhões em 2016. **(Quadro I)** Tal crescimento, superior aos registrados nos demais membros do BRICS, se deve principalmente, segundo dados da empresa de inovação tecnológica Embrapa Soja, ligada ao Ministério da Agricultura, ao crescimento da produção de soja, cuja média foi de 13,4% ao ano entre 1996 e 2016.¹⁶ De acordo com os pesquisadores da organização, o crescimento da produção de soja é resultante tanto do aumento da produtividade quanto do crescimento da área cultivada (EMBRAPA, 2017). Ao longo do mesmo período, boa parte da cultura de soja, além de outros produtos como carne e laticínios, foram exportados para a China, totalizando um volume de produtos com valor de US\$ 34,7 bilhões em 2016. Destes, mais de US\$ 25 bilhões vinham das exportações de soja (ANGELO, 2018). Portanto, é economicamente interessante para Brasil e China a cooperação internacional para o aumento da produtividade de soja e outros produtos dos quais os chineses possuem forte demanda, como a carne bovina. Isto também pode vir a fortalecer a cooperação internacional que busca avanços na biotecnologia, pois a China permite a alteração genética da soja utilizada para a alimentação de animais e para o óleo de cozinha. Estes dados indicam que, desde a criação do BRICS, houve crescimento nas relações comerciais entre Brasil e China, em matéria de transferência de suprimentos agrícolas. E este estreitamento na relação entre os países pode ter sido responsável pelo crescimento da produtividade agrícola brasileira, visto que registraram maior crescimento no Brasil os produtos agrícolas consumidos pela população chinesa, sobretudo a soja.

O aumento da produtividade agrícola, entretanto, foi mais acentuado no Brasil do que nos demais países membros do grupo. No mesmo período em que houve forte ampliação do cultivo brasileiro, a produtividade de diversos produtos alimentícios manteve crescimento instável em relação aos membros do grupo. De acordo com as estatísticas reunidas pelo BRICS e coletadas pelos órgãos de pesquisa de cada país, como o IBGE e o Federal State Statistics Service of the Russian Federation, a produção de carne manteve-se estável entre os cinco países ao longo dos anos 2000, enquanto a produção de cereais, em milhões de

¹⁵ **Fonte:** Ramos *et al.*, 2017, p. 22

¹⁶ Embrapa. **Produção de Soja no Brasil cresce mais de 13% ano.** 18 jun. 2017.

toneladas, oscilou de forma desigual, com crescimento da produção brasileira e russa, instabilidade na produtividade indiana, e declínio da sul africana. **(Tabela 1)** Já a produção de cereais chinesa, de acordo com a mesma publicação, é bastante superior que a dos demais países, e registrou elevado e consistente crescimento entre 2007 e 2016, aumentando em mais de 100 milhões de toneladas de cereal produzido. **(Gráfico 1)** Este dado pode ser interpretado como mais uma evidência do tamanho da economia chinesa, que se destaca entre os demais membros do BRICS mesmo na esfera agrícola. Ainda que tenham ocorrido avanços, nenhum foi capaz de igualar a produtividade chinesa, no que diz respeito a coleta de gêneros alimentícios.

	2000	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Brazil ⁽⁶⁾	45	67	77	68	73	75	87	98	98	103	81 ⁽²⁾
Russia	65	81	108	97	61	94	71	92	105	105	121
India ⁽⁴⁾	186	216	220	203	226	242	239	246	235	235 ⁽⁷⁾	...
China	405	456	478	482	496	519	539	553	557	572	565
South Africa ⁽⁸⁾	14	9	15	15	15	13	14	14	17	12	10

Quadro 1. Produção de cereais nos países do BRICS (em milhões de toneladas)

Fonte: Ramos *et al.*, 2017, p.138

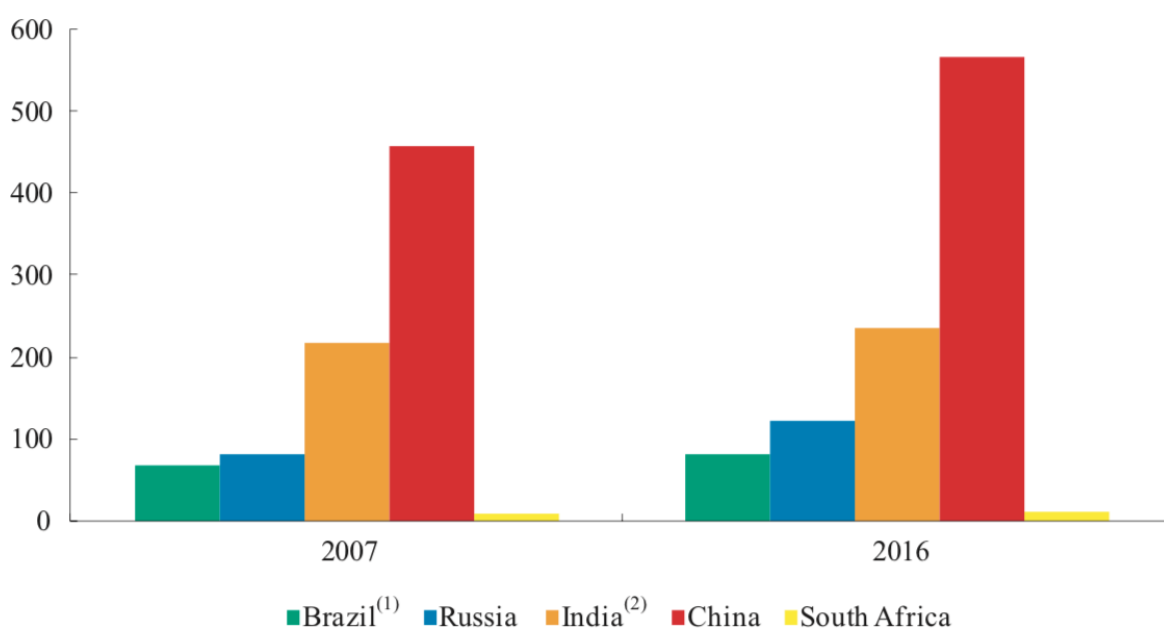


Gráfico 1. Produção de Cereais nos países do BRICS (em milhões de toneladas)

Fonte: Ramos *et al.*, 2017, p. 150

Os dados emitidos pelo “Joint Statistics Publication 2017” apontam para a irregularidade do crescimento agrícola dos países do BRICS após a aprovação do Action Plan 2012-2016. Quais seriam os motivos deste aparente descompasso com os objetivos do tratado? Desde a criação do BRICS, seus críticos apontaram para as dificuldades inerentes para atividades de cooperação entre os BRICS, por possuírem diferenças, relacionadas às características territoriais e aos seus regimes de governo, por exemplo, superiores aos seus denominadores comuns (STUENKEL, 2015). Porém, até quando a dificuldade em alcançar avanços uniformes da produtividade agrícola, meta almejada pelo BRICS em conjunto com as Nações Unidas, é devido não a ausência de esforços dos países do grupo para procederem a atividades conjuntas entre si, mas simplesmente devido às diferenças estruturais de cada um dos países? Embora tenham sido registradas diferenças, para cada país do BRICS, na concretização do objetivo de erradicar a insegurança alimentar, as estatísticas ainda registraram avanços durante o período de implementação do acordo, pois as políticas públicas implementadas pelo BRICS com este objetivo tiveram como resultado a redução dos contingentes de pessoas pertencentes às populações chinesa, indiana, brasileira e russa que habitam em residências nas quais ao menos um adulto sofre de insegurança alimentar, de acordo com o estudo da FAO “The State of Food Security and Nutrition in the World (2017).”

Na China, país onde ocorreram os maiores avanços, o percentual de habitantes com algum grau de subnutrição em suas vidas caiu de cerca de 200 milhões de chineses para 133 milhões, reduzindo-se o total em mais de 70 milhões de pessoas em apenas dez anos (FAO, 2017). Os demais registraram quedas mais modestas neste indicativo, como a redução de 40 milhões de pessoas na Índia, embora o número total de inseguros ainda permaneça muito elevado, totalizando 190 milhões de pessoas em 2016. Dados da Rússia e do Brasil já estavam em percentuais muito baixos ou não foram computados, respectivamente. Entretanto, a África do Sul registrou aumento de seu número de residências com insegurança alimentar, aumentando de um número de 2 milhões para 2 milhões e meio. Logo, registrou-se aumento de seu percentual de atingidos, seguindo a tendência de crescimento da insegurança alimentar, registrada em 2016, que vem ocorrendo na África Sub Saariana (FAO, 2017) (**Gráfico 2**).

Entretanto, é válido lembrar que enquanto as análises estatísticas compiladas pelo BRICS avaliam o período até 2016, ainda resta um período de 15 anos, até o ano de 2030 para a erradicação da segurança alimentar mundial, de acordo com as metas da Agenda 2030 para

o Desenvolvimento Sustentável assinada pelos países membros das Nações Unidas em 2015.¹⁷ As diferenças entre a situação alimentar de cada país do BRICS também são significativas, devido a fatores econômicos, geopolíticos e ambientais. Estima-se que durante o período entre 2012 e 2014, 11,3% da população mundial sofreu com a fome crônica, mas este percentual não permanece o mesmo para cada país do BRICS, e curiosamente, muitas vezes desafia as percepções majoritárias sobre membro. Enquanto 21,4% de toda a produção de gêneros agrícolas é proveniente da China, 11,4% de sua população permanece subnutrida, devido insuficiência dos recursos naturais do país em alimentar uma grande população que experimenta crescimento acelerado de seu padrão de vida médio. A África do Sul, por sua vez, é responsável por apenas 0,2% da produção agrícola mundial, mas apesar da piora em seus indicadores ocorrida nos últimos anos, possui apenas 5% de sua população formada por subnutridos, percentual que se assemelha ao de um país desenvolvido (PRINTESEVA, 2015). Embora seja capaz de suprir as necessidades alimentícias da maior parte de sua população, a África do Sul sofre em decorrência da escassez de água fresca para o cultivo, seca, fator externo as ações do BRICS cujo agravamento implica a na necessidade de rápido desenvolvimento de novas tecnologias agrícolas, sob o risco de agravamento da insegurança alimentar da população sul africana, que também tende ao crescimento rápido nos próximos anos, de acordo com o artigo “Can BRICS feed the world?”

Na Rússia, país com baixa proporção de subnutrição, a erosão dos solos também é um problema grave, inclusive em suas regiões mais férteis (PRINTESEVA, 2015). As diferenças entre os BRICS em matéria agrícola vão além de questões ambientais: o envelhecimento acelerado da população russa, decorrente de uma baixa taxa de natalidade, leva a uma escassez de obras para o trabalho no setor primário, sobretudo devido ao fato de que este país ainda não investiu tecnologias modernas na agricultura em volume suficiente, a uma taxa de desgaste de 70% para equipamentos utilizados no plantio. Na Índia, a baixa produtividade e qualificação do trabalhador rural médio, 8 vezes inferior a aquela registrada no Brasil, leva a uma taxa de subnutrição de 15,2%, a maior entre todos os BRICS, ainda que cerca de 50% da força de trabalho esteja empregado em atividades do setor primário (PRINTESEVA, 2015). Em conclusão, cada membro do BRICS enfrenta problemas individuais que afetam a implementação da agenda prevista no Action Plan 2012-2016. Portanto, o aumento da fome ocorrido na África do Sul a partir da segunda década do século XXI pode ser devido a fatores

¹⁷ “Metas para o Desenvolvimento Sustentável: (...) Meta 2: Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.” (2030 AGENDA FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2015, p. 14, tradução livre)

internos a estrutura do próprio país, como a escassez de água própria para o cultivo. Não há necessariamente uma correlação entre os dados estatísticos apresentados e a ausência de cooperação intra-BRICS.

Tabela 1. Número de Subnutridos na População Total dos Países BRICS (em milhões)

China	204.3	134.7
Índia	234.9	190.7
Brasil	8.6	Sem dados
Federação Russa	Sem dados	Sem dados
África do Sul	2.0	2.5

Fonte: Elaborado pelo autor.

2.3 Comparação entre o Action Plan 2012-2016 e o Acordo Posterior (Action Plan 2017-2020)

No período de quase uma década transcorrido entre 2009, quando ocorreu o primeiro encontro de seus dirigentes, até o ano de 2018, o BRICS buscou adaptar seus objetivos gerais, influenciados pelas metas de desenvolvimento da ONU, a realidade fática dos países que o integram, e o momento no qual cada encontro do BRICS se situa. Portanto, este trabalho analisa em que se assemelham e se diferenciam o Action Plan 2012-2016 e o Action Plan 2017-2020, plano de metas de desenvolvimento agrícola sustentável aprovado pelo BRICS em 2016, cinco anos depois do Action Plan que funciona como o objeto principal deste trabalho. O objetivo da comparação entre os dois documentos é o de descobrir em que medida o Action Plan 2017-2020 pode ser considerado um plano de metas autônomo, independentemente de seu antecessor. Para responder a este questionamento, será explicado como ocorreu o processo de aprovação do Action Plan 2017-2020, para que depois as comparações entre os textos de ambos sejam iniciadas. Aparentemente, o Action Plan

sucessor é uma simples continuação, pois o BRICS Strategy Progress Report 2017 o menciona como um dos avanços do Action Plan 2012-2016, uma consequência da implementação do mesmo, e não uma carta de objetivos autônoma (Progress Report, 2017).

O processo de formação do Action Plan 2017-2020 iniciou-se em decorrência do Sétimo Encontro dos Ministros da Agricultura do BRICS de 2017¹⁸, sediado em Nanjing, China, no dia 16 de junho de 2017. Este encontro tinha como tema a discussão de questões relacionadas à inovação tecnológica na agricultura dos países membros, conforme indicado em seu tema oficial. Este encontro envolveu os cinco ministros da agricultura do BRICS, mas também estiveram presentes representantes e correspondentes das organizações internacionais FAO, IFAD (International Fund for Agrarian Development), WFP (World Food Programme), e o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS. O encontro, presidido pelo Ministro da Agricultura chinês Han Chengfu, discutiu não apenas a meta da FAO de erradicar até 2030 a fome mundial, mas também como este objetivo deve ser implementado por meio de ações cooperativas.

Neste encontro, todos os Ministros da Agricultura presentes proferiram discursos sobre seus interesses econômicos. O Ministro chinês Han Chengfu reafirmou, em seu discurso, o compromisso dos BRICS de inovação científica e tecnológica para a agricultura, além da necessidade de expansão do compartilhamento de informações entre os países do BRICS¹⁹. Como estratégia econômica específica, o ministro citou a Belt and Road Initiative, ambicioso plano de governo chinês já em andamento, no qual empresas públicas chinesas financiam diversos projetos de construção civil, que incluem a construção de ferrovias, rodovias e portos em 71 países ao redor do globo, objetivando criar uma nova “Rota da Seda”, tanto terrestre quanto marítima entre Europa, África e Ásia, passando por Índia e Rússia. Até agora, estima-se que este projeto já demandou cerca de \$ 340 bilhões de dólares (KUO, 2018). Já Blairo Maggi, Ministro da Agricultura do Brasil, destacou o progresso na agricultura brasileira e a redução nos índices de extrema pobreza da população, além de afirmar a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro, que foi capaz de aumentar sua produção de grãos em 386% nos últimos quarenta anos sem a necessidade do desmatamento de gigantescas áreas de florestas. Porém, impulsionou em seu discurso a

¹⁸ 7th Meeting of BRICS Ministers of Agriculture.

¹⁹ “No encontro, o ministro Han Chengfu ressaltou a necessidade de fortalecer a inovação tecnológica na agricultura, expandir o compartilhamento de informações e aumentar a cooperação comercial.” (7TH MEETING OF BRICS MINISTERS OF AGRICULTURE AND AGRARIAN DEVELOPMENT. Disponível em: <http://news.agropages.com/News/NewsDetail---22636.htm>. Tradução livre do original em inglês)

necessidade, já prevista no Action Plan 2017-2020, da criação de grupos de discussão de propostas para ampliar o comércio agropecuário entre o BRICS, por meio da atualização da legislação fitossanitária, por exemplo. Também aprova a criação de um fórum agrícola empresarial dentro do BRICS, ocupado por empresários com ideias de facilitação do comércio (PORTAL MATO GROSSO, 2017).

Além do Action Plan 2017-2020, o encontro de ministros também elaborou a Joint Declaration of the 7th Meeting of BRICS Ministers of Agriculture que afirmou que os BRICS seguiriam tanto os objetivos traçados pela ONU, a serem cumpridos até 2030, quanto às disposições da Oitava Cúpula do BRICS, ocorrida no ano anterior. seus vinte e seis artigos, a Declaração descreve quais os objetivos que levaram a criação do Action Plan 2017-2020, e também menciona o progresso já ocorrido a época em que o encontro foi realizado, decorrente da implementação do Action Plan 2012-2016, com destaque para a criação em 2016 do Centro de Coordenação da Agricultural Research Platform (ARP) em Nova Délhi. Em suma, esta Declaração foi o pano de fundo imediato para a criação do Action Plan 2017-2020, cuja aprovação é citada, ao final do texto da Declaração, como meio de detalhar os programas a serem implementados pelo BRICS.²⁰ Esta Declaração foi além da reafirmação de abstratos compromissos internacionais, descrevendo como deveria crescer, nos anos seguintes, a cooperação agrícola entre países do BRICS. Além da necessidade de maiores avanços no BAIES online, cuja implementação já havia se iniciado no ano anterior, o texto destaca as seguintes estratégias: I - implantação de sistemas de monitoramento e aviso prévio de tragédias naturais causadas pelas mudanças climáticas; II - fortalecimento de biotecnologia e nanotecnologia para cumprir as metas de desenvolvimento sustentável; III - a implementação e harmonização de barreiras fitossanitárias internacionais já estabelecidas, como o Codex Alimentarius; IV – Integrar aos grandes mercados agrícolas os pequenos produtores e fazendeiros, de modo a beneficiá-los econômica e socialmente. Resta analisar, portanto, se todas as previsões da Declaração se encontram de fato refletidas no Action Plan 2017-2020, aprovado no mesmo encontro.

No Action Plan 2017-2020, os compromissos firmados entre o BRICS foram divididos em cinco estratégias gerais distintas, assim como o Action Plan 2012-2016. Nota-se, entretanto, que o documento mais recente não menciona um país membro do BRICS que deva

²⁰“Revisamos e aprovamos o Action Plan 2017-2020 para a Cooperação Agrícola dos países do BRICS, que irá incrementar a cooperação entre membros do BRICS com prioridades identificadas e programas detalhados.” (JOINT DECLARATION OF THE 7TH MEETING OF BRICS MINISTERS OF AGRICULTURE, 2017, p.4, tradução do original em inglês).

coordenar cada uma das mesmas. O Action Plan 2017-2020 pode ser resumido da seguinte maneira:

I – Estreitamento dos laços entre BRICS e organizações internacionais, com continuidade das atividades de pesquisa agrícola já incitadas na plataforma do BRICS;

II – Cooperação internacional para promover tecnologias adaptáveis às mudanças climáticas que sejam acessíveis aos países em desenvolvimento, e união de esforços para criar um sistema de aviso prévio para a meteorologia local que afeta a agricultura, e modo a aumentar a adaptação para mudanças climáticas;

III – Implementação de programas de pesquisa com temas de biotecnologia, conforme as disposições da Agriculture Research Platform inaugurada na Índia, além de outras que venham a futuramente ser criadas. Novamente, busca-se expandir a cooperação de base tecnológica, por meio de projetos que envolvam múltiplos membros do grupo;

IV – A quarta iniciativa é atrair empresas para participar dos projetos agrícolas do BRICS, por meio de exposições internacionais e o encorajamento de mais investimentos por parte do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB). Serão aplicadas pelos governos de cada país, para a facilitação do comércio intra-BRICS, as disposições fitossanitárias internacionais;

V – O BRICS se comprometeram a aperfeiçoar o BAIES, cuja proposta de implementação remonta ao Action Plan 2012-2016. Por meio do novo Action Plan, o BAIES terá suas informações coletadas por especialistas e atualizadas regularmente. Além da atualização do BAIES, os progressos do BRICS nos processos de implementação de cada uma das estratégias previstas no documento será avaliado uma vez a cada dois anos, por meio da emissão do “Report on BRICS Agricultural Development” (Report), que ocupará a mesma função que o “BRICS Strategy Progress Report”, emitido no dia 25 de agosto de 2017. Por fim, esta seção do Action Plan menciona a necessidade de fortalecimento da

agricultura inteligente, através das tecnologias informação, referidas no documento como ICT, a serem utilizadas nas plataformas de pesquisa de dados.

Abaixo, segue a tabela resumindo as comparações entre as cinco estratégias de cooperação internacional que fazem parte do Action Plan 2012-2016, e aquelas delimitadas pelo Action Plan 2017-2020.

Tabela 2. Comparações Action Plan

Estratégia	Action Plan 2012-2016	Action Plan 2017-2020
1.	Novas estratégias para a troca de informações agrícolas, por meio da criação de centros de coleta de dados em cada país membro, que seriam compartilhados entre os demais (BAIES). Criação de um sistema paralelo que trata apenas do risco agrícola. (Líder: China)	Pesquisa conjunta e periódica com organizações internacionais, sobretudo a FAO, para combater a insegurança alimentar. (Coordenador: Não especificado, pode ser qualquer membro do BRICS)
2.	Desenvolvimento de uma estratégia geral para garantir a segurança alimentar, que seria alcançada através de seminários dedicados a estudar o acesso a alimentação por parte do pequeno produtores. (Coordenador: Brasil)	Desenvolvimento cooperativo de tecnologias favoráveis ao pequeno produtor rural, que resistam ao aquecimento global. Criação de um forte sistema de meteorologia capaz de prever mudanças climáticas dos meses e anos seguintes, permitindo o direcionamento correto dos estudos de adaptação. (Coordenador: Não especificado, pode ser qualquer membro do BRICS)
3.	Redução do impacto negativo das mudanças climáticas, por meio do estudo de melhores estratégias para medir a poluição climática e desenvolver variedades animais e vegetais mais resistentes ao clima. Incremento da cooperação agrícola em outras áreas, como a energética, em áreas desertificadas. Organização de seminários para combater as mudanças climáticas em diversos países, durante o ano de 2012. (Coordenador: África do Sul)	Implementação de projetos de pesquisa, por meio do centro de coordenação implementado em Nova Délhi, para a pesquisa agrícola, e demais instalações que vierem a ser implementadas nos demais territórios. Aprofundamento da cooperação internacional em áreas voltadas para a biotecnologia. (Coordenador: Não especificado, pode ser qualquer membro do BRICS)

4.	Fortalecer cooperação agrícola, por meio da pesquisa. Fortalecimento da cooperação de caráter biotecnológico, visando o rápido compartilhamento de novas tecnologias. Investimento em tecnologias de reciclagem e energia, como a biomassa, e compartilhamento de técnicas avançadas de fertilização de grãos. Criação de conferências, realizadas anualmente e sediadas em todos os cinco membros, sobre temas específicos da produção de alimentos, como a produção de peixes e a aquicultura (Coordenador Índia)	Facilitar o comércio e investimentos entre os países do BRICS, harmonizando legislações e implementando padrões fitossanitários internacionais. Convencimento de empresas e outras entidades privadas a participarem dos projetos econômicos do BRICS, que ocorrerá por meio de eventos internacionais e da redução dos custos comerciais, tornando-os opções mais atraentes. (Coordenador: Não especificado, pode ser qualquer membro do BRICS)
5.	Cooperação de “comércio e investimento”, por meio do fortalecimento das relações comerciais entre os países do BRICS, que seriam convencidos, por meio de fóruns e eventos, a comercializarem uns com os outros e também com os demais países em desenvolvimento. (Coordenador: Rússia)	Fortalecer o BAIES, e pesquisar novas formas de ampliar a transmissão de informações. (Coordenador: Não especificado, pode ser qualquer membro do BRICS)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Resta concluir, após a comparação entre as duas cartas de compromisso, que muitas das iniciativas previstas no Action Plan 2012-2016 permaneceram presentes no documento sucessor. Entre elas, destacam-se a criação e as atividades do BAIES, que estão presentes em ambos os documentos, e a necessidade de criação de tecnologias que tornem o plantio agrícola mais resistente a mudanças climáticas. Entretanto, o Action Plan 2017-2020 também possui metas mais abstratas que seu antecessor, com menção explícita a um número menor de instituições a serem criadas. Além disso, muitas de suas propostas são continuações atualizadas daquelas já elaboradas pelo Action Plan 2012-2016 e que já iniciaram sua implementação, como por exemplo a iniciativa, coordenada pela Rússia, de estimular a parceria do BRICS com grandes empresas por meio da realização de grandes eventos, como ocorreu na ocasião da realização do 5º Encontro dos Ministros da Agricultura. No Action Plan 2017-2020, indica-se que estas políticas deverão continuar pelos quatro anos seguintes.

Entretanto, resta aguardar o transcurso do tempo para analisar se, assim como ocorreu com o Action Plan 2012-2016, algumas políticas de fato serão implementadas ou continuadas, enquanto outras permanecerão estagnadas por ausência de interesses políticos dos países do BRICS, ou de recursos financeiros.

Uma importante diferença entre os dois planos de ação é o fato de o Action Plan mais recente não explicitar um país líder para as cinco diferentes ações que deverão ser tomadas nos anos futuros. De acordo com os mecanismos operacionais previstos no documento, as políticas agrícolas deverão ser lideradas por qualquer um dos países, apenas, e revisadas anualmente pelo coletivo, terão seu progresso avaliado por meio de um documento listando os avanços percebidos.²¹ Um possível efeito desta alteração, em comparação com documento predecessor, é levar os cinco países a organizarem entre si qual será a liderança de cada projeto, de acordo com as circunstâncias econômicas e políticas de cada um. Em conclusão, o Action Plan 2017-2020 concede maior autonomia econômico jurídica acerca da maneira pela qual cada país membro do BRICS poderá escolher implementá-lo, para sua implementação, refletindo os princípios da Ordem Jurídico Econômica Internacional Moderna, decorrente das reivindicações dos países em desenvolvimento durante a segunda metade do século XX.

De acordo com as noções deste novo arranjo jurídico institucional, a implementação de estratégias rumo ao desenvolvimento deve levar em consideração a situação de vulnerabilidade dos países menos desenvolvidos, grupo no qual o BRICS se encontra, perante as grandes potências mundiais, que possuem elevado padrão de vida e renda per capita. Além de um tratamento favorecido, não deve haver subordinação de ordem econômica entre países maiores e menores economicamente, de modo que os últimos devem ter a autonomia para decidirem como implementarem seus objetivos, de acordo com suas circunstâncias econômicas (BATISTA, 2005). Portanto, a liberdade dos BRICS para escolherem qual país irá coordenar cada uma das estratégias previstas no Action Plan 2017-2020 reflete um avanço perante seu antecessor, na medida que reflete os princípios do ordenamento jurídico *transadministrativo*, decorrente da sociedade globalizada do século XXI (NETO, 2014, p. 79). Nele, conforme já explicado no Capítulo I, a normatividade externa a fontes estritamente estatais produz um ordenamento jurídico muito mais flexível e não vinculante, em relação às

²¹ “1. Each priority shall be led by one BRICS member in collaboration with and participated by other members. 2. Annual debriefings shall be organized to review and evaluate progress of implementation of the Action Plan. 3. The debriefing shall be organized by the country holding the BRICS presidency, and shall produce a progress report for the Meeting of BRICS Ministers of Agriculture. 4. Each member shall have a liaison team, which will be in charge of the accountability report for this Action Plan, and communication on cooperation programs.” (Action Plan, 2016, p.4.)

atitudes dos Estados. Ao mesmo tempo, também não é menos válido, conforme aponta a doutrina moderna:

Em suma: onde existam relações em que algum *interesse de natureza pública* esteja em jogo *fora da órbita jurídica dos Estados*, elas poderão ser objeto de uma normatização ultraestatal multipolar, posta a cargo de um *centro de poder* politicamente independente, instituído consensualmente pelos próprios interessados em regrá-lo (NETO, 2014, p. 79-80).

Assim sendo, esta nova ordem jurídica permite maior variabilidade para novos sistemas jurídicos, e sobretudo para que o progresso na implementação destes sistemas seja desvinculado as normas e restrições presentes nas Constituições internas estatais. O BRICS é um exemplo jurídico de centro de poder independente, e portanto sua implementação pode, sem críticas das Constituições dos Estados que o formam, avançar a passos lentos e irregulares, privilegiando alguns objetivos sobre outros, pois os governos chineses, indianos, brasileiros, russos e sul-africanos não têm a obrigação de interferir na atividade dos profissionais interessados em implementá-las, para agilizar a implementação do Action Plan 2012-2016.

3. A IMPLEMENTAÇÃO DO ACTION PLAN

O capítulo anterior teve como meta analisar o que estava previsto no Action Plan 2012-2016, e como suas atribuições eram distribuídas, em matéria de liderança na implementação de iniciativas, entre os países membros do BRICS. Uma vez estudadas as consequências da implementação do documento ao longo dos anos, resta agora testar a hipótese principal deste trabalho: a de que a participação e o interesse político econômico chinês é essencial para a concretização das medidas previstas no Action Plan 2012-2016. O estudo desta possibilidade será possível por meio de uma comparação entre a economia e a sociedade chinesas com as dos demais países membros do BRICS, pois segundo Sousa, (1980, p. 212-213) fatores econômicos são essenciais para que se avalie a existência de uma condição equitativa entre dois países que exercem determinada relação comercial, pois ao haver desequilíbrio entre os poderes de barganha das partes, tende-se a verificar a criação de uma situação de dependência econômica, frequentemente estabelecida entre países desenvolvidos e em desenvolvimento ao longo do século XX, que beneficia apenas o eixo mais rico da relação, pois este lucra com a venda permanente de equipamentos e manufaturas para países menos desenvolvidos, enquanto mantém para si o conhecimento técnico produtivo. Assim sendo, uma discrepância comercial e produtiva entre China e os demais membros do BRICS pode vir a prejudicar a cooperação internacional entre eles, pois tenderiam a prevalecer, nas negociações necessárias para aprovar e implementar o Action Plan 2012-2016, os interesses do lado mais economicamente mais poderoso.

3.1 O peso da participação chinesa na implementação do Action Plan

Desde muito antes da criação do acrônimo, estudos envolvendo os cinco países membros do BRICS apontam para um grupo bastante heterogêneo entre si, com fortes diferenças políticas e econômicas. No ano de 2010, a China ultrapassou o Japão para tornar-se o segundo maior PIB mundial, (BARBOZA, 2010) permanecendo atrás apenas dos Estados Unidos. Apesar de ainda não ser considerada um país desenvolvido, a China é vista internacionalmente como potência de poder econômico e político superior ao dos demais países do grupo, devido a diversos fatores como as diferenças em seu comércio internacional. A disparidade entre a China e os demais quatro países pode ser interpretada tanto positiva quanto negativamente: por um lado, a presença da China no BRICS pode impulsionar os

avanços na cooperação internacional, como ocorreu por exemplo na ocasião da criação de um Fundo de Investimentos com capital do governo chinês, para financiar os projetos de infraestrutura da Belt and Road Initiative, cujo contrato foi assinado em conjunto com a Rússia (WU, 2017). Por outro lado, porém, a concentração de poder econômico chinês, aliada a presença de um regime político autoritário que contrasta com as democracias de Índia, Brasil e África do Sul e Rússia²², pode vir a dificultar esta mesma cooperação internacional, pois democracias possuem maior possibilidade de cumprir acordos e finalizar seus negócios, devido às preocupações eleitorais de seus líderes (STUENKEL, 2015). Nos parágrafos a seguir, serão analisadas as principais diferenças, sobretudo econômicas, entre a China e os demais países membros do grupo.

Segundo dados da BRICS Joint Statistics Publication 2017, publicação que reúne estatísticas coletadas pelos centros de pesquisa do BRICS, a China possuía, no ano de 2016, um PIB de 11 trilhões e 200 milhões de dólares (US\$), e uma população de cerca de um bilhão e 300 milhões de indivíduos²³, indicadores que, apesar do crescimento econômico e populacional ocorrido nos demais membros do BRICS nas últimas décadas, permaneciam muito acima dos índices destes.²⁴ O elevado PIB chinês foi o resultado de mais de duas décadas de crescimento econômico do PIB superior a dois dígitos, média maior que a dos números registrados nos demais BRICS. Calcula-se que no período entre 1989 e 2018, a média de crescimento do PIB nominal chinês foi de 9.58%, mantendo-se elevada durante quase todo este período (TRADING ECONOMICS, 2018a). **(Gráfico 5)**. A participação chinesa no comércio global também é bastante superior à dos demais membros do BRICS. Em 2005, o BRICS concentrava cerca de 15% de todas as trocas comerciais do mundo, quase o dobro da parcela que possuía apenas quatro anos antes. Entre eles, entretanto enquanto o BRICS concentra em si cerca de 18% de todas as trocas comerciais do mundo, a China era o único membro do grupo com participação no comércio internacional superior a 2%, e que

²² Nota: Brasil e Rússia são sistemas democráticos por apresentarem eleições livres e periódicas para seus governantes, que envolvem a participação popular. Entretanto, enfrentam muitos desafios que desafiam a preservação deste regime político: ambos apresentam elevados níveis de corrupção, o que gera no Brasil uma desconfiança generalizada da capacidade da democracia, como regime político, de resolver problemas. A desigualdade social também apresenta um enorme problema na democracia brasileira, com baixa representação das classes baixas e minorias na política. Na Rússia, por sua vez, há pouco incentive popular e institucional a preservação de valores democráticos como a liberdade de expressão, levando-se em consideração a perseguição sistemática a ativistas de direitos humanos, que resultam em diversos assassinatos anualmente. As diferenças de regime político para cada membro do BRICS são acrescentadas as dificuldades encontradas para de fato implementar os direitos individuais previstos nas Constituições destes países, caso seja adotado o regime democrático.

²³ BRICS Joint Statistics Publication. 2017. p. 12, 22.

²⁴ Valores do PIB dos demais BRICS em dólares (US\$): África do Sul (2017): 350 bilhões; Brasil (2017): 2.05 trilhões; Rússia (2017): 1.578 trilhões; Índia (2017): 2.597 trilhões. (Country Economy, 2018)

portanto, era significativa isoladamente, sem a necessidade de ser avaliada em conjunto com a performance dos outros quatro países (**Gráfico 6**) (O'NEIL, 2005).

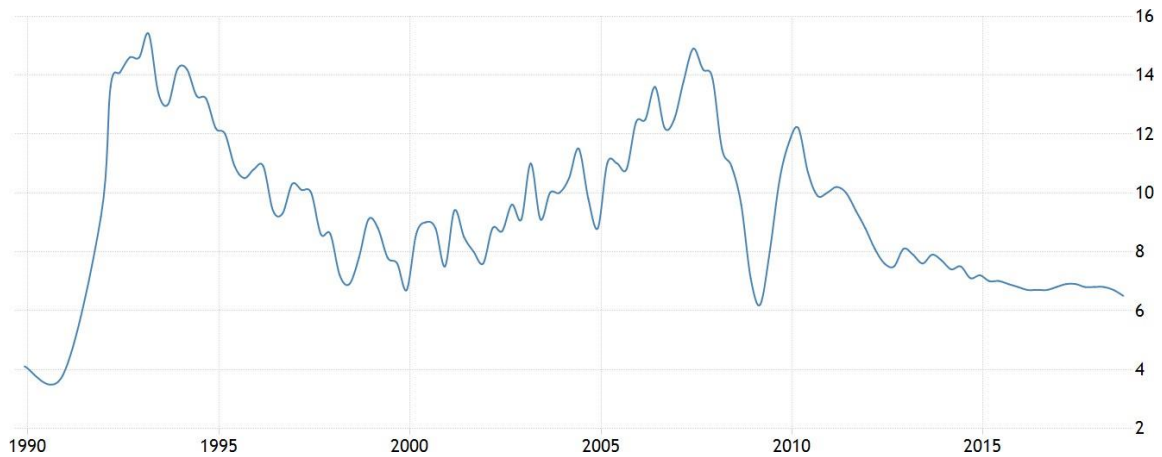


Gráfico 2. Crescimento médio do PIB chinês (1989 – 2018)

Fonte: Trading Economics, 2018. Disponível em:

<https://tradingeconomics.com/china/gdp-growth-annual>

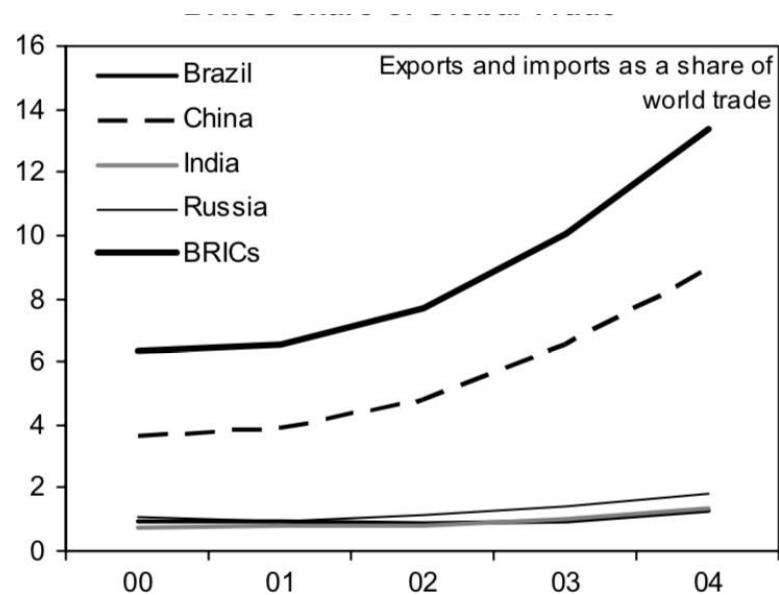


Gráfico 3. Participação do BRICS no comércio internacional (exportação e importação)

Fonte: O'NEIL, 2005, p.5

Atualmente, a China possui diversas vantagens comparativas em relação aos demais países membros do BRICS, que vão muito além do elevado tamanho de sua população, superior a um bilhão de habitantes, o que gera enorme mercado produtor e consumidor, facilitando na produção de manufaturas e de produtos tecnológicos em massa, exportados

diariamente para todo o mundo (AZEVEDO, 2010). Não apenas uma fornecedora de produtos de massa, a China tem se destacado entre os demais países emergentes ao buscar a alteração de sua matriz produtiva para incluir tecnologias, sendo o único país do BRICS a exportar de maneira significativa produtos de alta tecnologia, como maquinário e automóveis, superando os modelos primários de crescimento econômico baseados nas exportações de bens de consumos simples, como roupas e brinquedos (ELSENHAUS, 2017). Por meio de pesados investimentos governamentais em capital humano e na pesquisa científico tecnológica, a China busca depender menos de seus recursos naturais, e como resultado teve como suas principais exportações, no ano de 2014, não apenas produtos agrícolas, mas também maquinário elétrico e equipamentos de processamento de dados, segundo Neuwirth, Svetlicini & Halis (2017).

A evolução da matriz produtiva chinesa não se trata de um fenômeno recente: calcula-se que entre 1995 e 2012, mais que dobraram as exportações chinesas de produtos industrializados relacionados ao maquinário, como automóveis, e cresceram a 20% ao ano as exportações de produtos eletrônicos. Atualmente, 34% das exportações chinesas são formadas por eletrônicos, cujo volume total é cerca de 85 vezes superior ao indiano, o segundo colocado. Exportações de eletrônicos brasileiras, russas e sul africanas, por sua vez, são quase inexistentes, destacando-se as matérias primas (ELSENHAUS, 2017). Desta forma, a China assumiu a liderança na produção e comercialização de produtos de maior valor agregado, obtendo vantagens comparativas em relação aos demais países do BRICS, pois é a única capaz de produzir em massa um maior portfólio de produtos, e assim, obter lucros por meio deles, que são exportados inclusive para os demais países do grupo.

De acordo com Neuwirth, Svetlicini & Halis, (2017) a liderança chinesa dentro do BRICS se manifesta por ser ela um dos países que mais importam produtos brasileiros, russos e sul africanos, e por ser o destino de mais de 88% de todas as exportações ocorridas no interior do BRICS. Ao mesmo tempo, quando é analisado o volume total de produtos importados pela China, nota-se que apenas 5% das importações totais chinesas são provenientes dos demais países do BRICS. Para efeito de comparação, 20% dos produtos importados pelo Brasil tem como fonte China, Índia, Rússia e África do Sul. Tal dado sugere ser a China a menos dependente economicamente do restante do grupo, que representam uma pequena porcentagem do que é nela consumido. Caso o fator China seja removido do BRICS, os demais países do grupo não estarão integrados na mesma intensidade: Brasil, Rússia, Índia e África do Sul destinam mais de 70% de suas importações intra BRICS para produtos

chineses, e as importações realizadas pela Rússia de produtos indianos e sul africanos, por exemplo, é extremamente reduzida em relação às importações chinesas, assim como a importação de produtos sul africanos por parte do Brasil (NEUWIRTH, 2017). Tais dados contribuem para a compreensão da queda nas exportações do BRICS registrada após o ano de 2013, período em que o crescimento do PIB chinês enfrentou desaceleração, e também explicam porque o Brasil enfrentou uma forte crise econômica entre 2014 e 2018, experimentando inclusive recessão: com a redução da demanda chinesa por produtos como minério de ferro e soja, nos quais o Brasil se especializa e exporta para a China maciçamente, reduziu-se o crescimento econômico brasileiro (EMPRABA, 2017).

O setor primário da economia chinesa também possui características que o tornam proeminente entre os demais BRICS. Trata-se do único membro que já finalizou, de maneira plena, sua reforma agrária (ELSENHAUS, 2017). A reforma criou direitos de propriedade para o trabalhador rural como forma de uma política pública governamental, que visava elevar sua renda média e aumentar a produtividade agrícola e o número de habitantes com poder aquisitivo suficiente para participar do mercado consumidor. Ao longo dos anos, os direitos de propriedade facilitaram a migração do campo para as cidades devido a garantia de um local de retorno do camponês, e ao longo prazo, contribuíram para o crescimento da exportação manufatureira chinesa, pois famílias de baixa renda, em países em desenvolvimento que comprem produtos agrícolas chineses, gastam boa parte de sua renda com alimentação (ELSENHAUS, 2017). Portanto, a reforma agrária teve como efeito de longo prazo a geração de um sistema de proteção social para a população de baixa renda, o que de acordo com análises geopolíticas é essencial para que uma economia baseada na exportação em massa, como é o caso dos BRICS, tenha sucesso. Tal proteção influencia positivamente os salários ao longo dos anos, criando tendências de elevação dos salários por partes das empresas, e consequentemente, aumentando o consumo interno. Portanto, a realização de uma reforma agrária possui efeitos que vão além da esfera agrícola, incentivando o dinamismo econômico nas áreas de produção e consumo. Isto ajuda a explicar a elevada riqueza bruta chinesa, e pode ser considerado um indicador da maior possibilidade chinesa de ocupar uma posição de liderança dentro do BRICS.

Outro fator diferencial entre a China e os demais países do BRICS é que, nos últimos anos, cresceram em quantidade e magnitude projetos econômicos chefiados por empresas chinesas que tem como objetivo a obtenção de recursos de outros países, inclusive Brasil, Rússia, Índia e África do Sul. (RAPOZA, 2017) Tais projetos consistem em operações de

elevado valor e são inclusive discutidos pelos representantes chineses ao longo dos encontros periódicos do BRICS. Na ocasião da aprovação do Action Plan 2017-2020, foi citada pelo ministro Han Chengfu a Belt and Road Initiative, ambicioso plano infraestrutura do governo chinês. (KUO, 2018) Como parte deste projeto, por exemplo, a estatal chinesa China Railway Group assinou Memorando de Entendimento com o governo russo em junho de 2017, visando construir uma linha férrea no território russo no valor de US\$2,5 bilhões.

Os demais membros do BRICS também possuem iniciativas econômicas próprias que envolvem a conquista do mercado econômico chinês, ou que se localizam em seu território. É possível citar, por exemplo, o banco de investimentos russo VTB Capital, que inaugurou sua sede em Shangai no ano de 2015, e a criação de construção de uma fábrica da Embraer no sul da China, produzindo aviões para exportação em conjunto com companhias chinesas (RAPOZA, 2017). Mas estes projetos não possuem o mesmo impacto econômico e estrutural que aqueles cuja chefia é atribuída a China, em parte devido às disparidades na quantidade de capital que cada país membro possui para gastar com grandes empreendimentos. De acordo com dados colhidos em 2018, o banco central chinês possui reservas internacionais, utilizadas como ativo no pagamento de dívidas com outros países, superiores três trilhões de dólares (TRADING ECONOMICS, 2018). Tal valor é semelhante ao valor total da soma dos PIBs de todos os demais membros do BRICS²⁵, indicando que a China possui maior capacidade de investir em projetos internacionais, inclusive aqueles dedicados a área agrícola.

Por fim, uma análise da situação econômica dos países membros do BRICS ao longo dos últimos anos demonstra que o crescimento do PIB chinês sofreu desaceleração, registrando a partir do ano de 2015 crescimento de 6,9%, ao ano, suas taxas mais lentas em mais de duas décadas. Entretanto, estas taxas mantiveram sua estabilidade, não havendo estagnação do crescimento econômico, e muito menos a ocorrência de recessão. Tal situação pode ter sido o resultado de fatores internos, como a política do governo chinês de alterar o modelo de crescimento econômico baseado em exportações para outro impulsionado por investimentos e consumo da população chinesa, mais próximo a estrutura dos países desenvolvidos (DW, 2015). O crescimento anual do PIB dos demais BRICS, por sua vez, não manteve a mesma estabilidade: Rússia enfrentou recessão ao longo dos anos 2010, e a África do Sul registrou baixas taxas de crescimento (COSTAS, 2015). A economia brasileira também sofreu retração em 2015 e 2016, e mesmo superando-a, permanece com baixo

²⁵ PIBs em dólares (US\$): África do Sul (2017): 350 bilhões; Brasil (2017): 2.05 trilhões; Rússia (2017): 1.578 trilhões; Índia (2017): 2.597 trilhões (Country Economy, 2018).

crescimento da produção de bens e serviços. Considerando-se que estas crises se agravaram após o início da desaceleração chinesa, e a enorme matriz de produtos brasileiros, russos e sul africanos exportados para a China, é possível conceber que há uma dependência econômica dos BRICS em relação a China, cujos percalços econômicos afetam negativamente, e de forma mais acentuada, seus parceiros no BRICS. E esta dependência traz a China como fio condutor econômico do grupo, cujos interesses são seguidos pelos demais países, pois através dela fortalecem suas próprias economias.

Considerando-se todos estes fatores, cabe responder a principal questão deste trabalho, que é identificar qual foi a extensão da participação chinesa para que ocorresse a implementação das políticas públicas colaborativas, com o objetivo de fortalecer a produtividade agrícola dos BRICS, erradicar a insegurança alimentar, e atender aos compromissos firmados Action Plan 2012-2016. É necessário, para a descoberta da total extensão da predominância chinesa no BRICS, relacionar o progresso decorrente do Action Plan 2012-2016, cujos avanços estão refletidos no Progress Report 2017, com as estratégias que encontravam-se sob a esfera de interesses chineses, seja por terem sua coordenação atribuída a China no Action Plan 2012-2016, por terem sido por ela propostas nas reuniões de especialistas do BRICS ocorridas nos últimos anos, ou por estarem relacionadas com os atuais projetos econômicos chineses, como a Belt and Road Initiative.

Até o momento, a iniciativa prevista no Action Plan 2012-2016 que mais registrou resultados foi a criação do BAIES, cuja coordenação coube a China após os fatos ocorridos no Second BRICS Agriculture Expert Working Group, sediado em Nova Délhi, Índia, nos dias 27 e 28 de agosto de 2012. De acordo com as informações sobre este encontro, a criação de um sistema de informações agrícolas universal foi uma proposta da China, que nela refletiu seus interesses ao restringir as informações da nova plataforma aos produtos que integram massivamente a matriz agrícola chinesa ou são consumidos em massa por sua população, que eram, respectivamente: I – Grãos, como arroz, trigo, milho e soja; II – Cultivos de cana de açúcar, alho, tomates, maçãs e laranjas; III – produtos animais como carne, frango, porco e leite; IV – e os produtos aquáticos tilapia e enguias (ICAR, 2012). Após discussões com os demais BRICS, a proposta do BAIES foi aprovada pelos demais membros, e a continuidade de sua implementação permanece presente no Action Plan 2017-2020. Em 2016, foi criado um centro consultivo de administração do BAIES em Nova Délhi, a única organização física, com endereço definido, criada até agora como parte das estratégias do BRICS, para trabalhar com as informações coletadas. Portanto, uma proposta de iniciativa chinesa chegou a realizar-

se para além dos documentos e construções jurídicas, ainda que apenas um dos cinco países membros do BRICS tenha, até agora, cumprido a meta prevista de designar uma instituição responsável para administrar as informações.²⁶

As vantagens chinesas na área do comércio internacional, apresentadas neste capítulo, e seu dinamismo em aprimorar seu modelo de exportações e conquistar novos mercados internacionais, também podem estar correlacionadas com o sucesso da Rússia em realizar eventos de temática agrícola, com o objetivo de conquistar novas parcerias comerciais para os projetos do BRICS. Ao longo das discussões do Segundo BRICS Agriculture Export Working Group Meeting, os representantes russos afirmaram seu compromisso de sediar, no ano de 2015, diversos eventos que exibiriam para outros países não pertencentes ao BRICS, como por exemplo o Fórum de Agricultura e Investimentos, no qual todos os BRICS participaram. Na ocasião de sua fase de discussão, as propostas russas foram aprovadas pelos demais quatro países sem questionamentos, inclusive pela China (ICAR, 2012). Assim sendo, surge a possibilidade de associar esta iniciativa, que buscava firmar parcerias com mercados externos aos BRICS, tenha sido impulsionada pelos interesses da China, considerando que os chineses são aqueles que menos destinam suas exportações para países de dentro do BRICS, com cerca de 95% de seus produtos indo para países de fora do grupo (NEUWIRTH, 2017). Também são aqueles que, em conjunto com a Índia, mais necessitam fortalecer suas parcerias agrícolas para fortalecer sua produtividade e aumentar uma população conjunta superior a 2,5 bilhões de pessoas (STUENKEL, 2015).

As ambições econômicas do governo chinês são vastas, e vão além da extração de recursos provenientes do BRICS. Embora o grupo seja uma importante fonte de matérias primas para o governo chinês, como por exemplo o petróleo e o gás natural russos, suas ambições vão além da cooperação intra-BRICS, abrangendo a construção de fortes laços comerciais e diplomáticos com todos os sessenta e cinco países que integrarão as novas “Rotas da Seda” chinesas, seja por terra ou por mar (KUO, 2018). Portanto, há um interesse chinês na facilitação das relações comerciais entre os governos do BRICS, representados por seus respectivos Ministérios da Agricultura, e os grupos econômicos que com eles interagem. E este interesse pode vir a justificar porque os encontros promovidos pela Rússia tomaram forma, enquanto aqueles de iniciativa indiana e sul africana, que discutiriam como fortalecer a cooperação agrícola de diversas áreas produtivas sem possuírem um foco no estabelecimento

²⁶ “É proposto que cada país membro irá designar um oficial de informações responsável pela coleta, compilação, processamento e pesquisa de informação agrícola básica.” (SECOND BRICS AGRICULTURE EXPERT WORKING GROUP, 2016, tradução nossa)

de novas relações comerciais, não se realizaram no período de sete anos que é o objeto de estudo neste trabalho.

A realização de diversos seminários ao longo dos últimos anos, proposta de iniciativa brasileira para desenvolver estratégias de fortalecimento da produção do alimento básico da população, e assim fortalecer o combate à insegurança alimentar, também pode indicar um sinal de fortalecimento dos interesses econômicos chineses. Esta proposta, aprovada sem controvérsias no Segundo BRICS Agriculture Export Working Group Meeting, (ICAR, 2012) se coaduna com o elevado volume de exportações de caráter agrícola entre Brasil e China, sobretudo por meio da exportação de soja e carne bovina brasileiros, alimentos consumidos pela população chinesa. É do interesse chinês, para cumprir seus compromissos internacionais e aumentar a produtividade de seu trabalhador rural, erradicar a insegurança alimentar que atinge 11,4% de sua população, o segundo maior índice entre o BRICS, superado apenas pelo da Índia (PRINTSEVA, 2015). A proposta brasileira de ampliar o acesso a alimentação para populações de baixa renda e que sofrem com conflitos armados, por meio do favorecimento do pequeno produtor rural, é condizente com os interesses econômicos da China, sobretudo se for liderada por seu principal parceiro comercial agrícola (STUENKEL, 2015).

Conforme descrito no capítulo anterior deste trabalho, os objetivos do BRICS relacionados ao incremento da produtividade agrícola, e erradicação da insegurança alimentar, registraram avanços irregulares em matéria de produtividade agrícola, de acordo com as estatísticas coletadas pelo BRICS e pela FAO, que analisam o período entre 2000 e 2016. Enquanto a China, por exemplo, registrou elevado avanço em sua produção de cereais, a produção sul africana para este gênero alimentício ficou estagnada durante o mesmo período, de acordo com os dados do **Quadro 1**. Entretanto, as abundantes diferenças entre os países membros não permitem afirmar que tal irregularidade se deve a ausência de cooperação internacional entre os BRICS, assim definida, segundo Milner (1992, p. 468), como a realização de políticas públicas por diversos países distintos, de forma coordenada, buscando um objetivo conjunto que irá beneficiar a todos os países, sem competição entre eles. Conforme já explicado, há uma abundância de fatores internos que diferenciam os países membros do BRICS, como condições climáticas, conflitos étnicos internos, e diferenças no regime político de cada país membro (STUENKEL, 2015, p. 59). Portanto, não é possível necessariamente associar as dificuldades enfrentadas pelos países do BRICS, sobretudo pela África do Sul, em cumprir com a meta de erradicação da fome, com uma ausência de cooperação internacional. Afinal, durante o período de sete anos transcorrido entre outubro de

2011 e outubro de 2018, após a aprovação do Action Plan 2012-2016, ocorreu a institucionalização de algumas de suas medidas, assim como foram registrados, por parte da maioria dos membros do grupo, avanços na produção de bens agrícolas. Estes dados simbolizam que houve interesse político e econômico em fazer cumprir as medidas dos acordos firmados pelo BRICS. Portanto, não é possível afirmar, com base nos dados coletados neste trabalho, que as características singulares da economia chinesa, economicamente mais proeminente em comparação com as demais membros do BRICS, inviabilizam a cooperação internacional entre os cinco países.

4. CONCLUSÃO

Entende-se ao final dos processos de pesquisa e análise de dados técnicos e jurídicos relacionados ao BRICS, que o sucesso na implementação dos compromissos firmados pelo grupo enfrenta forte dependência da vontade política chinesa. Durante o período de sete anos compreendido entre a aprovação do Action Plan 2012-2016 e a realização deste trabalho, algumas metas registraram avanços. Em 2016, foi aprovada e criada pelo BRICS uma plataforma de pesquisa científica de caráter agrícola na cidade de Nova Délhi, Índia, que tem como objetivo pesquisar, por meio de uma rede virtual, informações sobre novas formas de fortalecer o cultivo de grãos como arroz, soja e trigo, além de outros alimentos essenciais a população rural do BRICS.²⁷ Também foram registrados avanços relacionados à organização de encontros entre os líderes políticos e empresariais de distintos países para promover o BRICS, como seminários criados para discutir como favorecer a nutrição do pequeno produtor rural, (Brasil) e exposições voltadas para promover o BRICS e suas iniciativas dentro das grandes feiras nacionais de alimentos, como a “Golden Autumn” (Rússia). Enquanto o Brasil realizou os seminários de sua competência no ano de 2015, a Rússia, no mesmo ano, fortaleceu parcerias entre o BRICS e seus líderes regionais e internacionais, ao realizar eventos bem-sucedidos que discutiram, por meio de fórum, quais seriam os investimentos agrícolas mais lucrativos para o BRICS, firmando parcerias com o setor privado e com países de fora do grupo, que geram recursos para a concretização das disposições do Action Plan 2012-2016.

Entretanto, este trabalho também constatou que a maior parte das tarefas atribuídas pelo Action Plan 2012-2016 a alguns países membros, sobretudo Índia e África do Sul, não se materializaram. A estes países, coube organizar seminários acerca do desenvolvimento da produção de alimentos por meio do emprego de novas tecnologias, que também seriam utilizadas para proteger as variedades agrícolas das mudanças climáticas (ACTION PLAN, 2011, p. 3-4). Apesar do transcurso de tempo de sete anos, muito pouco foi feito nestas direções, o que pode sinalizar uma ausência de interesse político dos governantes dos dois países em colaborar com o BRICS, ou então uma escassez de recursos causada por seus problemas internos que inviabilizam as estratégias apresentadas, pois Índia e África do Sul

²⁷ “A proposta foi desenvolvida com o objetivo de criar um sistema de informações que cobre produtos agrícolas que são produzidos em países do BRICS, e altamente relevantes no comércio internacional. Foi proposto o sistema de informações cobrindo os seguintes tipos de commodities: I - Grãos cobrindo arroz, trigo, milho e soja.” (SECOND BRICS AGRICULTURE EXPERT WORKING GROUP, 2016, tradução do original em inglês)

possuem as menores rendas *per capita* entre os BRICS, e as maiores taxas de pobreza (COUNTRY ECONOMY, 2018). Uma terceira hipótese possível é a de que tais iniciativas não se concretizaram pois não eram alinhadas com os interesses chineses dentro do grupo, como será visto mais adiante.

O descompasso entre o teor do Action Plan e a realidade também se manifesta na evolução das estatísticas relacionadas a agricultura, após a criação do BRICS. A erradicação da subnutrição nas populações dos cinco países membros, meta projetada para o ano de 2030 de acordo com os compromissos firmados com a ONU, ainda se encontra distante de realizar-se (FAO, 2017, p. 2). Um dos países membros do BRICS, a África do Sul, chegou a registrar um aumento de seu contingente de subnutridos, o que indica que o aumento da produtividade agrícola previsto no Action Plan 2012-2016, cujos efeitos implicariam na gradual obtenção de plena segurança alimentar para a população rural e vulnerável às mudanças climáticas, também não se concretizou. Outros países membros, sobretudo China e Índia, apresentaram significativos avanços no combate a fome em áreas rurais, por meio da redução do número de subnutridos, entre 2004 e 2016, em 70 milhões de habitantes na China e 45 milhões de habitantes na Índia, respectivamente (FAO, 2017, p. 88-89). Mas como os resultados positivos não foram compartilhados por todos os países, surgem dúvidas acerca da presença de iniciativas cooperativas entre os BRICS. As reduções da insegurança alimentar na China e na Índia podem ser resultantes de iniciativas exclusivas do governo de cada país para incrementar sua própria produtividade agrícola, e não de projetos conjuntos elaborados entre os países, decorrentes do Action Plan 2012-2016. A criação do BRICS em 2009 teve como objetivo principal promover a colaboração internacional entre países em desenvolvimento, e não o trabalho isolado dos mesmos, por mais eficiente que seja.

A título de exemplo, nos anos que se seguiram ao Action Plan 2012-2016 a China fortaleceu sua parceria econômico agrária com o Brasil, aumentando suas importações da soja brasileira em 33,3% entre 2016 e 2017, de modo a abastecer a melhora do padrão de vida de sua população, cujo PIB per capita cresceu 48% entre 2012 e 2017 (INESC, 2018). Entretanto, esta estratégia beneficia apenas a segurança alimentar da população chinesa, não envolvendo, direta ou indiretamente, a população rural e vulnerável brasileira, pois o lucro proveniente das exportações de soja não necessariamente será revertido em favor da mesma. Já os necessitados dos demais três membros do BRICS também não se beneficiam em sua situação de vida, pois seus países não participam das exportações de soja para a China na mesma proporção que o Brasil. Portanto, é possível que cada país obtenha seu

desenvolvimento alimentar isoladamente, sem implementar as estratégias coordenadas e mutuamente benéficas previstas no Action Plan 2012-2016. A ausência de cooperação não é sinônimo de ausência de desenvolvimento agrícola, assim como o crescimento do número de alimentos cultivados, constatado pelo aumento estatístico da produtividade, não simboliza a existência de cooperação a não ser que todos os BRICS dele o registrem, e sobretudo se este resultado for capaz de ser remetido a uma das iniciativas do Action Plan.

Por fim, resta apresentar a conclusão da principal hipótese testada neste trabalho: a de o alinhamento das iniciativas previstas no Action Plan 2012-2016 ao interesse econômico chinês é essencial para a concretização das mesmas. Ou seja, que as iniciativas já institucionalizadas e efetivamente transformadas em organizações com instalações físicas, eventos políticos e seminários acadêmicos o foram por que estão correlacionadas aos interesses econômicos chineses, membro do BRICS cujas características econômicas destoam das dos demais, devido ao seu elevado Produto Interno Bruto de 12 trilhões de dólares, inferior apenas ao norte americano (BARBOZA, 2010), e um contingente populacional superior ao de um bilhão de habitantes que nas últimas décadas registrou aumento de seu padrão de vida, e assim ingressaram em um mercado consumidor que exige diversos materiais dos demais países membros, como a soja brasileira (ANGELO, 2018). Além disso, a China possui uma matriz exportadora na qual predominam produtos de valor agregado superior ao dos demais membros do BRICS, com menor dependência da exportação de matérias primas em comparação com os demais países. Como exemplo concedido, está a sua produção de produtos eletrônicos, que concentram 34% das exportações chinesas, percentual muito superior ao de todos os demais países membros do BRICS (ELSENHAUS, 2017).

O maior tamanho da economia chinesa também se reflete, conforme apresentado no capítulo anterior, na balança comercial dos países do BRICS, que muitas vezes é favorável a China, menos dependente dos demais países que o contrário. Senão, vejamos: enquanto a China é o local de destino da maioria das exportações sul africanas (RAPOZA, 2017), e ocupa uma posição de destaque nas exportações dos demais países membros do BRICS, muitas vezes superior a dois dígitos do percentual geral, apenas pouco mais 5% dos produtos importados pela China é decorrente do BRICS (NEUWIRTH, 2017). Estes dados demonstram que, apesar da demanda por matérias primas que sustentam o crescimento econômico chinês, o Estado centralizado busca diversificar suas fontes de capital e recursos, buscando mercados fornecedores e negociais em outros países fora do grupo, sobretudo da África e Ásia, como atesta a Belt and Road Initiative (ESPOSITO, 2014, KUO, 2018). Possuindo maior capital

interno para investimentos em projetos de infraestrutura capazes de produzir lucros ao governo, (KUO, 2018) a China busca diversificar suas fontes de renda e insumos obtidas internacionalmente, de modo que sua dependência econômica dos recursos provenientes dos demais países do BRICS é muito menor do que o contrário.

A supremacia econômica chinesa produz padrões assimétricos de poder, no qual um Estado, ao realizar trocas comerciais com outro, termina por acentuar a dependência econômica da nação mais frágil (SOUSA, 1980, p. 212). Estes fatores tornam a relação econômica entre a China e os demais BRICS semelhante às tradicionais interações comerciais que ocorreram entre países desenvolvidos e em desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial, na qual cada membro da transação visava favorecer os próprios interesses e não os do coletivo. (SOUSA, 1980, p. 212-213) Afasta-se, assim, dos conceitos que diferenciam a cooperação Sul-Sul, que envolve países de renda baixa e média, e fortaleceu-se em meio às crises financeiras do século XXI, na mesma época em que ocorreu o surgimento do BRICS. De acordo com Besharati, (2015, p. 306) a cooperação entre países de renda média não é hierárquica, ou decorrente de um dever histórico de reparação. Pelo contrário, deve ser comandada por princípios de solidariedade e de compartilhamento voluntário de tecnologias entre pares, o que se encontra refletido nos ditames do Action Plan 2012-2016, no qual os países se comprometem a compartilhar suas inovações tecnológicas na esfera agrícola, beneficiando-se mutuamente em matéria de aumento da produtividade e erradicação da fome até 2030.²⁸

A disparidade entre a China e os demais países do BRICS em relação a produção de suas próprias tecnologias talvez seja o aspecto que mais inviabiliza a real cooperação solidária entre eles. Apesar de ser um país de renda média, com um PIB per capita de \$ 8.633,00 e portanto inferior ao de outras nações em desenvolvimento como o Brasil, (COUNTRYECONOMY, 2018) os investimentos em educação e pesquisa científica realizados por décadas pelo governo chinês criaram a capacidade de produzir e comercializar tecnologias eletrônicas em larga escala pelo mundo, uma habilidade rara entre países em desenvolvimento (NEUWIRTH, 2017). Como todos os demais países membros do BRICS necessitam dos materiais produzidos pela China, como manufaturas e computadores, há uma necessidade de manter com ela boas relações comerciais, não ameaçando sua posição privilegiada no mercado. Assim, é possível que países como Índia e África do Sul, cujas

²⁸ “Metas para o Desenvolvimento Sustentável: (...) Meta 2: Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.” (2030 AGENDA FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2015, p. 14, tradução livre)

atribuições decorrentes do Action Plan 2012-2016 envolviam a produção e a facilitação de pesquisa científico-tecnológica em seus territórios, tenham escolhido não investir em suas “obrigações” decorrentes do acordo de modo a não prejudicar suas relações com a potência chinesa. Sobretudo para o caso sul africano, a menor economia entre o BRICS, que tem na China seu mais importante parceiro comercial (RAPOZA, 2017). A dependência econômica, somada às elevadas taxas de pobreza e de desastres naturais, sujeitam a África do Sul aos produtos chineses para modernizar e incrementar sua produção agrícola, sem entretanto, caber-lhe o direito de produzir suas próprias tecnologias, que poderiam vir a no longo prazo reduzir suas desvantagens econômicas em relação à China (SOUSA, 1980).

Da mesma forma, iniciativas previstas no Action Plan 2012-2016 que são interessantes economicamente para a China, elevando sua capacidade de atrair investimentos para seus projetos de infraestrutura e negócios e facilitando a conquista de novos mercados internacionais tiveram maiores chances de realizar-se, ao longo do período estudado. Conforme já explicado, a criação do BAIES foi proposta pela China, e aprovada apesar de resistências dos demais países. Por meio do centro de pesquisas inaugurado na Índia, tornou-se mais próximo o objetivo de compartilhamento virtual e em alta velocidade de informações agrícolas, que irão beneficiar enormemente a China, pois os novos estudos seriam focados em grãos produzidos domesticamente que alimentam boa parte de sua população, como o arroz, ou naqueles que a China precisa de importações para suprir sua demanda interna, como a soja brasileira.²⁹ Também não fugiu ao interesse chinês a concretização dos eventos brasileiros e russos previstos no Action Plan 2012-2016: por meio dos seminários brasileiros sobre melhores estratégias de plantio, a China se beneficia com importações de melhor qualidade. E por meio dos eventos realizados pela Rússia, encontra novos parceiros para expandir seus projetos econômicos internacionais, com especial destaque para a Belt and Road Initiative. Em suma, onde o direto benefício da China pesou, o acordo se materializou.

Em conclusão, registram-se as palavras do especialista David Rothkopf, presidente da Garten Rothkopf, assessoria especializada em investimentos em mercados emergentes: sem a China, seu principal músculo de sustentação, o BRICS torna-se um mole queijo brie, e o período de nove anos entre a formalização do BRICS como grupo de poder global, ocorrida em 2009, e a data atual, pouco alterou essa realidade (ROTHKOPF, 2009). A invés de

²⁹ “A proposta foi desenvolvida com o objetivo de criar um sistema de informações que cobre produtos agrícolas que são produzidos em países do BRICS, e altamente relevantes no comércio internacional. Foi proposto o sistema de informações cobrindo os seguintes tipos de commodities: I - Grãos cobrindo arroz, trigo, milho e soja.” (SECOND BRICS AGRICULTURE EXPERT WORKING GROUP. 2016. tradução livre)

desmentirem a predominância dos interesses chineses, os avanços seletivos ocorridos na institucionalização e produtividade agrícola do BRICS acabaram por reforçá-la, confirmando a teoria de que de que, na prática, o BRICS não consiste em um centro de poder independente das vontades políticas dos cinco países que o formam, integrando um espaço público fora das esferas jurídicas dos Estados nacionais. Neste centro de poder independente, as maiores potências do mundo em desenvolvimento debatem e implementam estratégias de desenvolvimento econômico e social que melhorem o padrão de vida dos habitantes de todas elas, em decorrência da cooperação internacional (NETO, 2014). Na verdade, o grupo pode ser classificado como uma demonstração do poderio econômico chinês, já que depende dos interesses do mesmo para tornar-se mais que um acrônimo criado pela imprensa internacional em 2009, por meio da implementação de diversas iniciativas colaborativas que buscavam investir na agricultura para promover a segurança alimentar de milhões de habitantes vulneráveis, conforme previsto no Action Plan 2012-2016. Indiretamente e informalmente, há sim uma relação de subordinação entre os membros do BRICS, decorrente da presença do massivo “soft power” chinês, reflexo de sua primazia econômica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

7TH MEETING. **7th Meeting of BRICS Ministers of Agriculture and Agrarian Development set in Nanjing.** 2017. Disponível em: <http://news.agropages.com/News/NewsDetail---22636.htm>.

10TH DECLARATION. **10th BRICS Summit Johannesburg Declaration.** 2018. Disponível em: <http://www.pib.nic.in/Pressreleaseshare.aspx?PRID=1540410>

Ministério das Relações Exteriores. **ACTION PLAN 2012-2016 for Agricultural Cooperation of BRICS Countries.** 2011. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/press-releases/21-documents/188-action-plan-2012-2016-for-agricultural-cooperation-of-brics-countries>. Acesso em: 04.11.2018

Ministério das Relações Exteriores. **ACTION Plan 2017-2020 for Agricultural Cooperation of BRICS Countries.** 2016. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/images/documentos2017/agricultura/Action-Plan-2017-2020-for-Agricultural-Cooperation-of-BRICS-Countries.pdf>. Acesso em: 04.11.2018

AÇIKGOZ, N. **Future of crop biotechnology in Brazil, China, and other BRICS nations.** Genetic Literacy Project. 2016. Disponível em: <https://geneticliteracyproject.org/2016/03/08/future-crop-biotechnology-brazil-china-bric-nations/>. Acesso em: 04.11.2018

ALMEIDA, P.R. **O BRIC e a Substituição de Hegemonias: um exercício analítico.** Brasília: CEPAL-Escritório do Brasil/IPEA. 2009. 29-31 p.

ANGELO, M. **Com escassez de recursos e terras, China mira na agricultura brasileira.** Amazônia INESC. 2018. Disponível em: <http://amazonia.inesc.org.br/materias/com-escassez-de-recursos-e-terras-china-mira-agricultura-brasileira/>. Acesso em: 04.11.2018

BARBOZA, D. **China Passes Japan as Second-Largest Economy.** New York Times. 2010. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2010/08/16/business/global/16yuan.html>

BATISTA, R.C. **Ordem Econômica Internacional.** Chapecó: Espaço Jurídico, Vol. 6 n° 2. 2005. 129-140 p.

BESHARATI, N. ESTEVES, P. **O BRICS, a Cooperação Sul-Sul e o Campo da Cooperação para o Desenvolvimento Internacional.** Rio de Janeiro: Contexto Internacional (PUC), vol. 37, n° 1. 2015. 289-330 p.

BRICS AGRICULTURAL. **BRICS Agricultural Research Platform Inaugurated in India.** Indian Council of Agricultural Research. 2016. Disponível em: <https://icar.org.in/node/8241>

BRICS COUNTRIES. **BRICS countries well placed for leadership role in helping eradicate global hunger and poverty by 2030.** Organização de Comida e Agricultura das

Nações Unidas (FAO). 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/americas/noticias/ver/en/c/896244/>. Acesso em: 04.11.2018

BIJOS, L. GUILHON, E.P. Brics, uma alternativa de poder? Londrina: **Revista do Direito Público**, vol. 9, n° 1, janeiro/abril 2014, 9-54 p.

BRENNER, I. **The Mixed Fortunes of the BRICS Countries, in 5 Facts**. Time, 2017. Disponível em: <https://www.yahoo.com/news/mixed-fortunes-brics-countries-5-094028266.html>. Acesso em: 04.11.2018

Trading Economics. **China Annual GDP Growth Rate**. 2018a. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/china/gdp-growth-annual>. Acesso em: 03.11.2018

Trading Economics. **China Foreign Exchange Reserves**. 2018b. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/china/foreign-exchange-reserves>. Acesso em: 03.11.2018

COSTAS, R. **BRICS: Quatro Conquistas e um Fracasso no Grupo dos Emergentes**. BBC News Brasil. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150706_avancos_brics_ru. Acesso em: 04.11.2018

Country Economy. **BRICS Annual GDP**. 2018. Disponível em: <https://countryeconomy.com/countries/groups/brics>.

DAVYDOV, V. **Economic Priorities of BRICS**. Rio de Janeiro: 6º Fórum Acadêmico BRICS, 18 e 19 de março de 2014.

FERNANDES, D. **Entre ricos e BRICS, Brasil teve “maior aumento em produtividade agrícola”**. BBCS News Brasil. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150630_agricultura_ocde_df_rb. Acesso em: 04.11.2018

HARDLEY, J. **For Group of 5 Nations, Acronym is Easy, but Common Ground is Hard**. The New York Times, 2012. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2012/03/29/world/asia/plan-of-action-proves-elusive-for-emerging-economies-in-brics.html>. Acesso em: 04.11.2018

HARTMUT, E. **BRICS or Bust? Escaping the Middle Income Trap**. 1ª ed. Stanford: Stanford Briefs. 2017. 61-110 p.

JOINT DECLARATION. **Joint Declaration of the 7th of the BRICS Ministers of Agriculture and Agrarian Development**. 2017. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/images/documentos2017/agricultura/JOINT-DECLARATION-OF-THE-SEVENTH-MEETING-OF-BRICS-MINISTERS-OF-AGRICULTURE.pdf>. Acesso em: 04.11.2018

JOINT STATEMENT. **Joint Statement of the BRICS Countries' Leaders**. Universidade de Toronto: BRICS Information Center. 2009. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/090616-leaders.html>. Acesso em: 03.11.2018

JESUS, D.S.V. **The Action beyond view: other actors and agendas of the BRICS towards New Delhi**. BRICS Policy Center. 2016. Disponível em: <http://antigo.bricspolicycenter.org/homolog/agenda/interna/181?secao=eventosRealizados#>. Acesso em: 04.11.2018

KUO, L. KOMMENDA, N. **What is China's Belt and Road Initiative?** The Guardian. 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/cities/ng-interactive/2018/jul/30/what-china-belt-road-initiative-silk-road-explainer>. Acesso em: 04.11.2018

LOBATO, L.V.C. **The Social Issue in the BRICS Project**. Vol. 23 n° 7, Rio de Janeiro, Ciência e Saúde Coletiva, 2018

MILANI, C.R.S. **Definition, Measurement, Evaluation and Institutional Design of International Development Cooperation: The Case of Brazil**. IPEA. 6º Fórum Acadêmico do BRICS. 2014.

MILNER, H. **International Theories of Cooperation among Nations: Strengths and Weaknesses**. Políticas Mundiais. Vol. 44, n° 3. Cambridge: Imprensa Universidade de Cambridge. 1992. 466-496 p.

NETO, Diogo de Figueiredo Moreira. **Transadministrativo: uma apresentação**. Revista de Direito Administrativo. V. 267. Rio de Janeiro: 2014. 67-83 p.

NEUWIRTH, R. J. SVETLICINI A. DE CASTRO, H. **The BRICS – Lawyer's Guide to Global Cooperation**. 1ª ed., Cambridge: Cambridge University Press. 2017. 31-53 p.

NOVO, B. N. **O Direito Internacional Econômico**. Jus.com.br. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/62764/o-direito-internacional-economico>. Acesso em: 04.11.2018

O'NEIL, J. **Building Better Global Economics BRICS**. Londres: Grupo de Pesquisa Econômica Goldman Sachs. 2001. 1-15 p.

O'NEIL, J. **How solid are the BRICS?** Londres: Grupo de Pesquisa Econômica Goldman Sachs. 2005. 4-7 p.

PABIS, J. L. **Acorrentando Gúlliver: a atuação dos BRICS nas negociações sobre agricultura da Rodada Doha da OMC**. México: Anuário Mexicano de Direito Internacional. Vol. XV. 2015. 659-699 p.

DW. **PIB da China tem pior resultado em 25 anos**. 2015. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/pib-da-china-tem-pior-resultado-em-25-anos/a-18988501>. Acesso em: 04.11.2018

PRINTSEVA, M. **Can the BRICS Feed the World?** BRICS Business Magazine. 2015. Disponível em: <https://bricsmagazine.com/en/articles/can-brics-feed-the-world> Acesso em: 04.11.2018

Indian Council of Agricultural Research. **Proceeding of the Second BRICS Agriculture Expert Working Group Meeting held on 27-28 August, 2012, at New Delhi, India.** Disponível em: <https://icar.org.in/content/proceeding-second-brics-agriculture-expert-working-group-meeting-held-27-28-august-2012-new> Acesso em: 04.11.2018

Indian Council of Agricultural Research. **BRICS Agricultural Research Platform Inaugurated in India.** Disponível em: <https://icar.org.in/node/8241>. Acesso em: 04.11.2018

Embrapa. **Produção de Soja no Brasil cresce mais de 13% ano.** 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/25242861/producao-de-soja-no-brasil-cresce-mais-de-13-ao-ano>. Acesso em: 04.11.2018

BRICS – China. **Progress Report on the Implementation of the Strategy for BRICS Economic Partnership..** 2017. Disponível em: https://www.ranepa.ru/images/media/brics/2017/BRICS%20Strategy%20Progress%20Report_25.08.2017.pdf Acesso em: 04.11.2018

RAMOS, R.L.O. SURINOV, A. JIZHE, N. LEHOHLA, P. ANANT, T.C.A. **BRICS Joint Statistics Publication 2017.** 2017.

RAPOZA, K. **Let's Face it, China Totally Owns The Brics.** Forbes, 2017. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/kenrapoza/2017/09/01/china-owns-the-brics/-c2f6e9378f0c>. Acesso em: 04.11.2018

ROTHKOPF, D. **The BRICS and What the BRICS Could be Without China...** FP. 2009. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2009/06/15/the-brics-and-what-the-brics-would-be-without-china/>. Acesso em: 04.11.2018

SANYA. **Sanya Declaration.** 2011. University of Toronto.

SOUSA, W.P.A. **Ordem Jurídico-Econômica Internacional.** São Paulo: Saraiva, 1980. 207-225 p.

STEPHENS, P. **A story of BRICS without mortar.** Financial Times, 2011. Disponível em: <https://www.ft.com/content/352e96e8-15f2-11e1-a691-00144feabdc0>. Acesso em: 04.11.2018

SCHANBACHER, W.D. **The Global Food System: issues and solutions.** Santa Barbara: Editora Praeger, 2014. 221-235 p.

STUENKEL, O. **The BRICS and the future of Global Order.** 1ª ed., Londres: Lexington Books, 2015. 59, 72-74 p.

STUENKEL, O. **Agriculture and Food Security: Brazil's chance to assume leadership among the BRICS?** PostWestern World. 2013. Disponível em: <https://www.postwesternworld.com/2013/06/09/agriculture-and-food-security-brazils-chance-to-assume-leadership-among-the-brics/>. Acesso em: 04.11.2018

Portal Mato Grosso. **Veja discurso de Maggi no 7o Encontro de Ministros da Agricultura do BRICS.** Portal Mato Grosso. 15 Jun 2017. Disponível em: <http://www.portalmatogrosso.com.br/politica-gestao/veja-discurso-de-maggi-no-7-encontro-de-ministros-de-agricultura-dos-brics/34961>. Acesso em: 04.11.2018

THAROR, S. **BRICS and their Soft Power.** Opinion. 2016. Disponível em: <http://risingpowersproject.com/brics-soft-power/>. Acesso em: 04.11.2018

Organização de Comida e Agricultura das Nações Unidas (FAO). **THE STATE: The State of Food Security and Nutrition in the World.** 2017.

YARDLEY, J. For Group of Nations, Acronym is Easy, but Common Ground is Hard. **The New York Times.** 2012. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2012/03/29/world/asia/plan-of-action-proves-elusive-for-emerging-economies-in-brics.html>. Acesso em: 04.11.2018

WU, W. Who will pay for China's New Silk Road? **South China Morning Post.** 2017. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy-defence/article/2093672/who-will-pay-chinas-new-silk-road>. Acesso em: 04.11.2018

ZHAO, M. What is China's Role in the BRICS? **World Economic Forum.** 2015. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2015/07/what-is-chinas-role-in-the-brics/>. Acesso em: 04.11.2018